



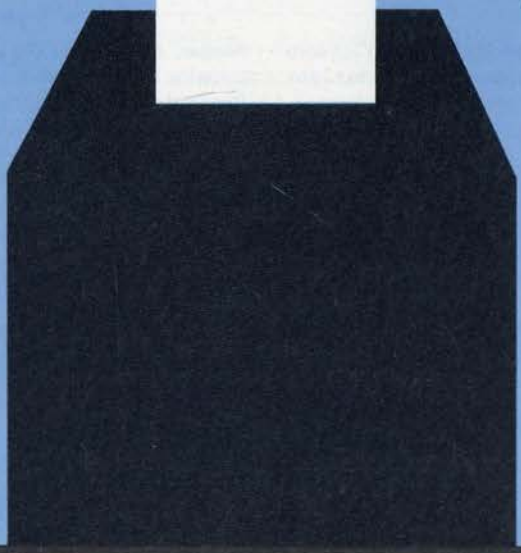
606

25 de Abril

Edição da SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



num país livre eleições livres



*É a pensar no futuro
da minha família
que deposito o dinheiro
em Portugal.*



Estas palavras são de um cliente nosso. E poderiam ser ditas por qualquer Português. Em França. Na Alemanha. No Canadá. Em qualquer país do mundo.

Porque, é aqui, em Portugal, que o dinheiro está seguro. É aqui que ele fica a render. É aqui que ele faz falta. Para o desenvolvimento do nosso País!

Deposite na Caixa Geral de Depósitos
Sem encargos para si
Rendimento assegurado, com garantia do Estado

DEPÓSITOS À ORDEM - ATÉ 70 CONTOS 4% AO ANO
DEPÓSITOS A PRAZO - DE 8% A 9,5% AO ANO

Pense no futuro Deposite na Caixa Geral de Depósitos



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

INSTITUTO DE CRÉDITO DO ESTADO



25 de Abril

N.º 5 / MARÇO-ABRIL DE 1975

REVISTA MENSAL

EDIÇÃO DA SECRETARIA
DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO
PRAÇA DE LONDRES — LISBOA

DIRECTOR: AMÂNDIO SILVA

GRÁFICO: DORINDO CARVALHO

FOTÓGRAFO: NUNO MENDONÇA

COMPOSTO E IMPRESSO
POR MIRANDELA & CA.
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 — LISBOA

DISTRIBUÍDO POR
DISTRIBUIDORA «O SÉCULO»
R. DO SÉCULO, 43 — LISBOA



12

ELEIÇÕES
Quem votou
e como se votou
no dia 25 de Abril



19

11 de Março
História de uma intentona
reaccionária



5

Nacionalização da Banca
e suas implicações
na emigração

EDITORIAL	4	
NACIONALIZAÇÃO DA BANCA	5	A Banca está ao serviço e é de todos os portugueses
AQUI PARA NÓS	8	
DESPORTO	9	Futebol em Portugal: três casos exemplares
QUE SE PASSA REALMENTE COM AS REMESSAS OOS EMIGRANTES	10	Entrevista com Alves Conde, Secretário do Estado do Tesouro
EM PAÍS LIVRE ELEIÇÕES LIVRES	12	O povo na democracia e no socialismo
11 DE MARÇO	19	Nova intentona reaccionária... ... Nova vitória do povo português
DIZ-SE EM PORTUGAL	24	
PELO ESTRANGEIRO	27	
COMO NOS VELHOS TEMPOS	30	
ESTE MÊS ACONTECEU	31	
DAS CARTAS QUE NOS ESCREVERAM	41	

EDITORIAL

Duas conclusões poderíamos tirar dos resultados das eleições realizadas em 25 de Abril de 1975. E a primeira delas, é a constatação de que o povo português não tinha o menor apreço pelo regime de Salazar e Marcelo Caetano.

Basta olharmos o número de pessoas que accoreram agora a depositar o seu voto nas urnas — mais de 90 por cento dos recenseados — e compararmos com o escasso número que votou em anteriores eleições, para chegarmos a essa conclusão. Os números falam por si. Se o resultado do recenseamento ainda poderia ser interpretado em função da sua obrigatoriedade, quanto às eleições, ninguém poderá duvidar do seu significado. O povo votou, e votou em massa, porque quis. O povo votou, porque tem confiança no processo desencadeado pelos homens do Movimento das Forças Armadas, em 25 de Abril de há um ano, e quer participar apoiando as forças que representam os seus interesses contra aqueles que desejariam voltar a implantar um regime ditatorial, como aquele que dominou o país durante meio século, ao serviço de meia dúzia de privilegiados.

Este apoio às forças progressistas, é precisamente a segunda conclusão a tirar do resultado das eleições. Quase 60 por cento dos votos foram para os partidos que propõem nos seus programas a implantação duma sociedade socialista em Portugal. Isto é claro e não deixa margem para dúvidas. Toda a campanha que alguns jornais estrangeiros têm feito contra Portugal, insinuando que o povo português estaria a ser levado por caminhos que não aprova, foi desmentida no dia das eleições. Caminhar para o socialismo, para uma sociedade em que termine duma vez para sempre a exploração do homem pelo homem, é a vontade expressa livremente no voto. Os que se opõem a isso, sabem que estão a lutar contra a maioria, que estão a atentar contra a soberania popular.

É evidente que estas conclusões era tidas como certas, muito antes das eleições, e o Conselho Superior da Revolução não esperou pelo 25 de Abril deste ano para lançar medidas tendentes em Portugal o capitalismo monopolista. De qualquer maneira, era importante que essa certeza fosse expressa em termos suficientemente claros para não permitirem a continuação dos ataques e calúnias que as forças reaccionárias, tanto em Portugal como no estrangeiro, têm desencadeado contra as opções que os novos dirigentes deste país, apoiados pelo seu povo, têm tomado.

25 de Abril

NACIONALIZAÇÃO DA BANCA EMPREGO E EMIGRAÇÃO

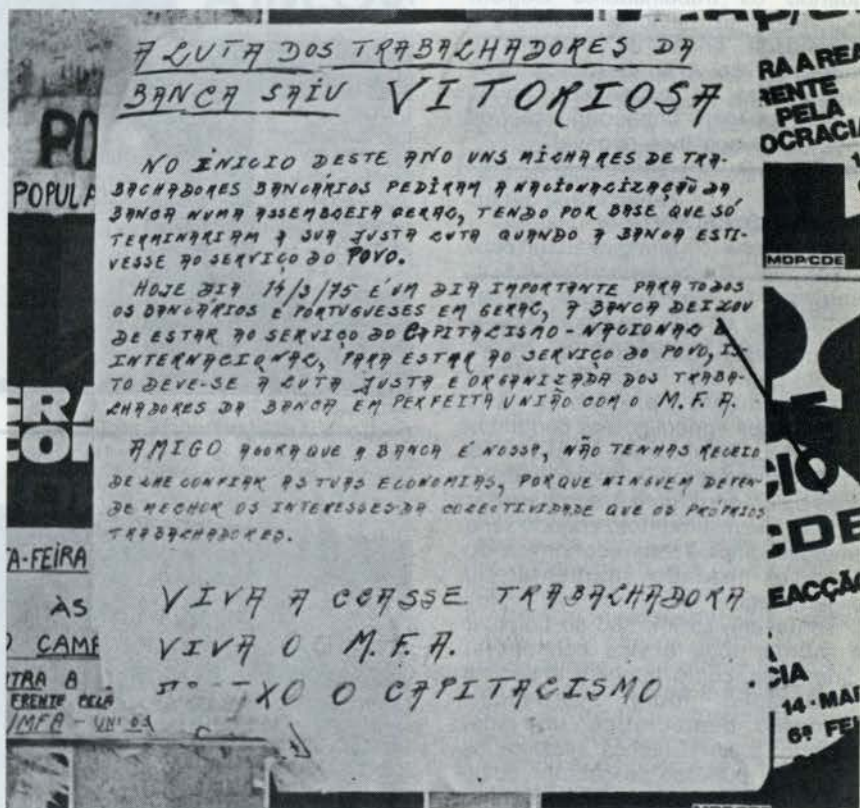
Um dos sustentáculos do regime colonialista, capitalista e fascista era, sem dúvida, o capital financeiro. Este, através dos bancos, dominava toda a vida económica e financeira deste país, com reflexo directo no poder de compra dos trabalhadores

As instituições de crédito tinham em seu poder a quase totalidade da poupança portuguesa, com a qual se faziam (ou não faziam) a maior parte dos investimentos. E se nos lembrarmos que o controlo de toda a actividade industrial (e agrícola) era feita pelos grandes "trusts", através das participações financeiras, dos créditos concedidos, etc., que os bancos tinham em dezenas e dezenas de empresas, compreendemos melhor o porquê do estado actual da nossa economia.

Eram, de facto, os trabalhadores os que mais sofriam (e sofrem) com a situação em que a nossa economia se encontra: os salários auferidos pela esmagadora maioria da população portuguesa são "miseráveis", podendo mesmo dizer-se que muitos sobrevivem em vez de viverem; são superexplorados e os patrões apenas lhes davam (dão) o indispensável para que a "máquina" diariamente labute e "descarregue" mais-valias e lucros para eles poderem viver fustosamente.

Mas os bancos (que eram eles de ligação dos grupos monopolistas) também punham em perigo o pouco que os trabalhadores conseguiam poupar.

Na verdade, os milhões de contos acumulados nos cofres dos bancos e que eram o somatório de pequenas poupanças dos milhares e milhares de trabalhadores, eram utilizados pelos grupos monopolistas, tendo em atenção apenas os seus objectivos, em vez dos verdadeiros interessados, e pondo até muitas vezes em perigo o produto do trabalho de milhões de portugueses. E era assim que a banca acumulava fabulosos lucros, que não vinham senão beneficiar os grupos monopolistas, acentuando-se cada



vez mais a exploração dos trabalhadores (a título de exemplo poderemos dizer que em 1972, os 14 bancos comerciais auferiram 747 225 contos de lucros!).

Assim a nossa agricultura — principal travão do desenvolvimento da nossa economia — manteve-se (e mantém-se) ao longo de todos estes anos numa situação estagnante, anquilosada, não se conseguindo produzir o necessário para alimentar o povo português, tendo havido portanto, necessidade de se importar muitos produtos agrícolas.

Quando se procuravam formar cooperativas de pequenos produtores e de operários agrícolas, logo

a repressão actuava, ou então essas iniciativas não iam por diante, em virtude de não haver meios financeiros disponíveis, porque... os bancos apenas concediam créditos aos "pobres" latifundiários ou aos senhores das terras.

De igual modo o sector industrial, para além do seu distorcido leque de actuações (e distorcida situação geográfica) não satisfazia os mais elementares interesses dos trabalhadores portugueses: não criava postos de trabalho necessários, não oferecia salários acima do nível de sobrevivência e actuava directamente nos preços dos produtos (levando-os antes que os salários

subissem e depois de se concretizar esta medida).

E tudo isto a coberto dos bancos... em prol do "bem da nação".

As consequências directas desta situação foram a manutenção, ao longo de todos estes anos, dum nível de vida dos portugueses deplorável (acompanhado de todas "as dívidas" do ESTADO NOVO: repressão, censuras, prisões, mortes, guerras), abaixo do nível de subsistência, o criar de novos postos de trabalho, a criação dum "exército de reserva" sempre apto a "acudir" quando os trabalhadores exigiam legitimamente melhores salários e a debandada anual de milhares e milhares de trabalhadores que procuravam no estrangeiro aquilo que o seu país tinha obrigação de lhes dar e que lhes negava!

PASSADO RECENTE

Depois do "25 de Abril", os latifundiários e os grandes grupos monopolistas utilizaram a "sua" banca para criar "reaccionária" e continuamente problemas aos assalariados agrícolas, aos pequenos e médios agricultores e às pequenas e médias empresas (através de restrições de crédito), para assim paralisar todos os investimentos, criando uma situação difícil à vida económica do país e fazendo aumentar o desemprego.

Tentavam, assim, não só boicotar e sabotar toda a vida económica-financeira, como também impedir a instauração dum verdadeiro processo democrático no país, abrindo assim brechas necessárias por onde pudesse passar um golpe (apoiado e preparado por eles) da reacção.

A IMPORTANCIA DA NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

Assim, a medida tomada em 14 de Março tem uma dupla vantagem:

- por um lado, aniquilará ou abalará, e muito, um dos sustentáculos do fascismo e da reacção;
- por outro lado, permitirá ao Estado intervir em todos os sectores-chave da nossa economia, podendo assim ser uma boa plataforma para um rápido crescimento e desenvolvimento económico e social posto ao serviço de todos os portugueses.



VO, MFA



NACIONALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Na verdade, a nacionalização da banca pode vir a ser, num futuro próximo, uma medida importantíssima e de arranque definitivo para um desenvolvimento económico que seja harmonioso.

Estando a banca nas mãos do Estado, já este pode subsidiar e ajudar: na criação de cooperativas de operários agrícolas e/ou de pequenos camponeses; na constituição de empresas agrícolas do Estado (em especial na região sul do país); na exploração e aproveitamento dos milhares e milhares de ha de terra incultas; na construção e na planificação de outras medidas de reforma agrária, tais como a construção de diques e o melhor aproveitamento dos rios (através duma política concertada da hidro e termoeléctrica), para assim se auxiliarem as classes mais desfavorecidas; na constituição de pequenas e médias empresas agrícolas; facilitará, em suma, o acesso, às instituições de crédito, aos pequenos e médios agricultores e operários rurais, que não puderam tê-lo até ao momento, uma vez que as taxas de juro praticados eram elevados.

Poderemos dizer que a estratégia antimonopolista é um passo decisivo para a eliminação de todos os obstáculos que entravam não só a nossa agricultura, como, afinal, toda a economia. E é um facto de que toda e qualquer acção antimonopolista (que vem, aliás, no programa do M. F. A. e no Plano Económico) tem necessariamente que passar pela nacionalização da banca.

Mas pensa-se que essa acção antimonopolista também tem que passar pelo controlo eficaz e efectivo de todos os grupos monopolistas, sabotadores da economia nacional.

Agora, "o que faz falta" é elaborar, rapidamente e com base no poder económico de que o Estado passa a disfrutar, todo um plano verdadeiramente actuante e eficaz de desenvolvimento económico e social, que possibilite sair da letargia e do aniquilamento em que caiu, a nossa agricultura e toda a nossa economia, afinal, criando e incentivando a criação de novos postos de trabalho, que permitam efectivar uma melhor redistribuição dos rendimentos acabando com todas as diferenças salariais e sociais etc., etc.; é necessário criar toda uma estrutura de planeamento profundamente diferente da que houve até agora; é urgente, igualmente, desbaratar e destruir todo e qualquer foco do antigo regime, através dum rápido e efectivo saneamento de estruturas e pessoas, sem o qual toda e qualquer medida antimonopolista pode esbarrar com obstáculos sabotadores da nossa economia.

Mas, ponto importante, terá que haver (e não se podem confundir os dois conceitos) para além da nacionalização uma indispensável socialização. Na verdade, a nacionalização da banca não implica nem, só por si, significa socialização. A **socialização** implica uma efectiva e real participação e gestão de todos os operários, camponeses, e trabalhadores em geral, nos centros de decisão e, conseqüentemente, na vida económica do país. A subordinação do poder económico ao político implica, necessariamente, que este seja verdadeiramente representativo e que defenda os interesses das massas trabalhadoras e, tendo em atenção isto, a criação e definição de critérios de prioridades e de métodos de gestão mais eficazes.

Portanto, poderemos dizer, em suma, que a banca nacionalizada só poderá ser posta ao serviço da classe trabalhadora se estiver garantida a participação efectiva, prática e real

dos trabalhadores na gestão e administração das instituições de crédito. E isto se se quiser iniciar uma efectiva socialização (ou seja, a passagem para as mãos dos trabalhadores de todos os sectores-chave e meios de produção) e não passar ou substituir um capitalismo liberal por um capitalismo de estado que não serve os reais interesses dos trabalhadores.

IMPLICAÇÕES NA EMIGRAÇÃO

Foram todos os condicionalismos anteriores (para além de outros: a guerra, etc.) que precipitaram e obrigaram muitos trabalhadores a sair do país e ir ganhar a sua vida em terras estrangeiras.

Assistiu-se assim a um avolumar dos fluxos migratórios, ano após ano, e a uma desertificação das zonas rurais, acentuando-se a densidade populacional em dois ou três distritos (mais industrializados) que podiam ainda proporcionar alguns empregos.

A sorte dos emigrantes não era, porém, melhor e seria ingénuo argumentar aqui, que essa exploração só é acentuada nos países ricos. Não. Os métodos horríveis, criminosos, desumanos do sistema capitalista não são nem diferentes, nem mais cruéis nos países ricos do que nos países pobres.

Com a **nacionalização e socialização** da banca, (para além da nacionalização de outras empresas), acompanhadas com a tomada de todas as medidas (urgentes) atrás expostas, podem-se criar novas (melhores) perspectivas a todo o **povo português**. Terá, porém, que se ter em atenção todos os emigrantes. Na verdade, eles estão **fartos** de ser **explorados, segregados, espezinhados**. Urge, pois, construir o país que permitirá a todos os portugueses (os que trabalham cá e os que labutam no estrangeiro) terem um nível de vida compatível e que lhes possibilite, finalmente, serem **peças livres**.

Com a nacionalização da banca e com a participação de todos os trabalhadores na gestão e na administração dos principais pontos-chave da nossa economia, essa medida estará mais facilitada e só assim poderemos então dizer que a banca (Portugal, afinal) está ao serviço e é de todos os portugueses.

BENTO COELHO



A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA É FAVORÁVEL AOS EMIGRANTES

Como é do conhecimento público, o Conselho da Revolução recentemente criado promulgou um diploma legal que determina a nacionalização da banca em Portugal. Por esse facto, os bancos portugueses deixam de ser propriedade de entidades privadas e, como aliás sucede já em vários outros países, passam a ser geridos pelo Estado. Com semelhante medida — sem dúvida a mais revolucionária até hoje tomada pelos poderes constituídos — pretende-se, muito objectivamente, passar a controlar o poder económico, fazendo-o inserir numa linha de objectivos que apenas tenha em vista os superiores interesses da comunidade nacional, onde quer que ela se encontre radicada.

É, em todo o caso, natural que os sectores ou grupos até há pouco dominantes procurem desvirtuar o verdadeiro alcance do diploma em causa e tentem, nomeadamente junto do português emigrado, instaurar um clima de desconfiança que nada justifica.

Para essa eventualidade, a Secretaria de Estado da Emigração cumpre o dever de alertar os núcleos de portugueses radicados no estrangeiro contra as insinuações ou boatos de que venham a ser alvo com vista a deturpar a medida ora tomada, quer nas suas causas quer nos seus efeitos. E a propósito sublinha que através de tal medida, passa o Estado — como, aliás já sucedia com os bancos emissores — a poder encaminhar o crédito para os que dele realmente necessitem e a concedê-lo, de preferência, para iniciativas ou actividades que se revelem de interesse nacional. Em nada é, portanto, afectada a natureza privada dos depósitos já feitos ou que os utentes da banca venham a fazer, podendo assim os emigrantes continuar absolutamente tranquilos quanto à rentabilidade das contas em aberto ou que pretendem abrir.



PARA NÓS

Todos os jornais, todas as rádios e televisões estrangeiras berram hoje em unísono que Portugal está a dois passos do «comunismo».

Até aqui, tudo bem. Cada um é livre de interpretar como quiser o que se passa no nosso país. E é seguro que burgueses temerosos que lhes aconteça o mesmo na terra deles, não podem senão achar que o que se passa em Portugal é muito perigoso para o seu sistema de exploração e miséria.

Mas o mais engraçado é que esses senhores atacam o processo em curso em Portugal... em nome da «democracia e das liberdades»! Afirmando que o que se passa em Portugal nada tem a ver com a democracia, vejamos o que eles «democratas» dizem:

«O senador James Buckley, de Nova Iorque afirmou numa Conferência de Imprensa que considera que existe ameaça «comunista» em Portugal e que essa é uma situação muito perigosa para os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

O senador não exclui a hipótese duma intervenção militar da NATO em Portugal, caso eles considerem que o perigo «comunista» aumenta.

«Não estou a sugerir quaisquer acções específicas, mas também não recuo diante das opções. Há uma série de coisas que as pessoas com poder militar podem fazer» — declarou este «democrata».

Nunca a situação em Portugal os preocupou. Quanto mais repressão houvesse, mais prisões, mais exploração e miséria do povo português, quanto menos liberdades existissem, mais eles se sentiam «democratas», «respeitando os assuntos internos de outros países», como eles dizem. O seu poder e o seu domínio estavam bem assentes, eram bem defendidos pela ditadura que oprimia o povo português e os povos das colónias.

AQUI

De repente, o povo português liberta-se das grilhetas. Tenta através das suas lutas preservar as liberdades conquistadas e alargá-las, libertar-se da exploração e miséria a que o domínio imperialista conduz.

E sem mais tardar esses senhores «esquecem» «a neutralidade», «a não ingerência nos assuntos internos de outro país», começam a gritar que «a democracia e as liberdades estão ameaçadas». Não hesitam um segundo em ameaçar com intervenção militar, em afirmar que «há uma série de coisas que as pessoas com poder militar podem fazer».

A «democracia» de que eles mais gostam, aquela onde eles se sentem mais seguros, é a do Chile de Pinochet: nenhuma liberdade, milhares e milhares de assassinados, um custo de vida que aumenta incessantemente, salários que baixam em vez de subirem. É essa «democracia» que eles ajudam a instaurar sempre que podem e onde podem. Mas às vezes, e é aí que está a nossa força — e o medo deles — «os tiros saem pela culatra»... como na Grécia há ainda bem pouco tempo; como no Vietnam. Às vezes o próprio povo americano diz «não» à falsa democracia dos seus dirigentes, à sua ingerência nos assuntos de outros países. Às vezes, podia acontecer que se o poderoso imperialismo americano e todos os seus comparsas e amigos, incluindo os portugueses, quisessem impedir o povo trabalhador português de avançar para a democracia e o socialismo, que o povo trabalhador de toda a Europa, a começar pelo povo espanhol dissesse «não» e obrigassem os fanfarrões de hoje a fazer marcha atrás.

E talvez seja por isso que tanta fanfarronice ainda não se concretizou... felizmente para o povo português e para todos os povos do mundo.

DESPORTO**FUTEBOL EM PORTUGAL:
três casos exemplares**

TRÊS CASOS ocorridos recentemente no futebol português merecem-nos nesta edição uma atenção especial. São três factos que não resolveram campeonatos, que não andaram nas primeiras páginas dos jornais, que terão, inclusive, passado um tanto despercebidos. Mas são três casos exemplares, três casos didacticamente importantes, três casos possíveis depois de 25 de Abril.

Contemo-los e analisemo-los:

- **TRABALHADORES E BORLAS**

A notícia:

A fim de evitarem tanto quanto possível o acesso de "borlistas" aos jogos de futebol, com graves prejuízos para as receitas do Benfica, consequentemente, com reflexos na situação dos trabalhadores do clube, estes deliberaram formar piquetes de vigilância que têm actuado junto das entradas.

O comentário:

A situação financeira dos clubes de futebol português é muito grave. Todos eles estão a reduzir despesas, a aumentar as quotas, a procurar soluções salvadoras. Mais do que ninguém, os trabalhadores dos clubes conhecem esses problemas. Empregados nos campos desportivos ou nas secretarias, eles estão dentro dos problemas dos clubes. Normalmente mal remunerados, por vezes pagos para além do dia 30, eles sentem as questões financeiras dos clubes. Passando — por agora — sobre uma interpretação para a situação a que se chegou, aos trabalhadores importa garantir para já o seu ganha-pão, todos os meses um tanto ameaçado. E os trabalhadores do Benfica, depois de formarem uma Comissão, mostraram estar atentos à vida do clube. Entre outras medidas, resolveram vigiar atentamente as entradas do Estádio, no sentido de acabar com as borlas que determinaram uma assistência aos jogos que não condiz com as receitas da bilheteira. Também nos clubes, os trabalhadores estão vigilantes e começam a intervir activamente. E dada a forma como esses clubes têm vindo a ser geridos — de que resultam as actuais situações financeiras — muito importante será essa intervenção.

- **CORUCHE E INVASÃO**

A reportagem:

Jogo em Coruche, a contar para o Campeonato Nacional da III Divisão. Perto do fim, a invasão do campo por parte de adeptos da equipa da casa. A reacção dos dirigentes e jogadores do Coruchense: "Estamos envergonhados, positivamente desfeitos, porque temos andado a condenar e a lamentar tal procedimento do público de outros clubes e, hoje, o triste problema caíu-nos em casa pois foi o nosso público que

invadiu o campo. Para mais, nada houve que o justificasse. Estávamos a perder por 1 — 2, sem qualquer interferência do árbitro no resultado. E mesmo no lance que originou a invasão o árbitro teve razão. Logo após o jogo, os dirigentes e os jogadores reuniram-se e decidimos promover uma Assembleia Geral com os sócios onde comunicaremos a irrevogável decisão de abandonarmos o Campeonato e entregarmos as chaves do clube ao presidente da Câmara. Face ao apoio da massa associativa que repudiou os acontecimentos, a direcção e os jogadores acederam a continuar nos seus postos.

O comentário:

Não é costume uma reacção tão salutar entre os nossos clubes desportivos. Sabemos como tem sido. As massas associativas invadem o campo e a culpa é sempre do árbitro, do adversário, da federação, das comissões de árbitros, dos órgãos de informação. Todas as afirmações anteriores (inflamadas) de dirigentes e técnicos, toda a mentalização inflada a jogadores e a sócios, toda a campanha orquestrada pelos jornais de clubes contribuem — juntamente com uma má classificação, origem de tudo — para um estado de espírito propício aos incidentes.

Mas, felizmente, já se vão assistindo a reacções correctas, a tomadas de posição exemplares. O exemplo vindo de Coruche deve ser divulgado. Por, infelizmente, não ser habitual...

- **YAZALDE E DIVISAS**

A entrevista:

Yazalde a «A Bola»: «É óbvio que o governo português tem de pensar no povo português e não em meia dúzia de estrangeiros. E é ainda mais óbvio que o povo português terá de escolher o sistema social em que quer viver segundo os seus interesses e não a pensar nos interesses de meia dúzia de estrangeiros que por cá passam... Sou o primeiro a compreender isto e também sou o primeiro a pensar que é correctíssimo que os estrangeiros deixem de vir buscar dinheiro a Portugal como o têm feito até aqui. Há todo um problema de saída de divisas que se põe quando é o bem-estar do povo português que passa a estar em causa».

O comentário:

Não deixa de ser louvável que tão correcta opinião venha de um estrangeiro, profissional de futebol dos mais bem pagos entre nós, «bota de ouro» do futebol europeu. Num momento em que se impõe, a todo o transe, uma consciencialização de todos em relação ao problema económico do país, é importante — até pela difusão que tem — o exemplo de lucidez de Yazalde que demonstra não se limitar a vir até Portugal cobrar uns milhares.

Em relação a todos os emigrantes portugueses — a quem estas linhas muito especialmente se dirigem — o alerta de Yazalde deve ser tomado em consideração. Da mesma forma que ele compreende a necessidade de evitar a saída de divisas, assim os portugueses espalhados pelo mundo devem compreender a importância que o envio de poupanças para Portugal representa para o futuro do país.

Manuel Alves de Carvalho

QUE SE PASSA REALMENTE COM AS REMESSAS DOS EMIGRANTES?

Apesar de muita coisa ter mudado em matéria de bancos depois que o secretário de Estado do Tesouro nos concedeu esta entrevista, achámos que ela continua a ser importante por algumas questões que trata relacionadas com o dinheiro que os emigrantes enviam para Portugal. Por esse motivo, aqui a transcrevemos.

P. — Diz-se que o 25 de Abril, ou mais precisamente a forma alarmista e boateira como ele foi relatado no estrangeiro, provocou em grande parte dos emigrantes uma reacção de medo pelo futuro do país que os leva a não enviar as suas economias para Portugal.

Pode-nos dizer qual é a veracidade de tais afirmações?

Alves Conde — **Efectivamente, a imprensa internacional, na generalidade, não relatou com veracidade os fundamentos do Movimento de 25 de Abril e isso criou naturalmente, dúvidas junto dos nossos emigrantes.**

Felizmente, a vinda de muitos deles a Portugal durante as férias e as informações que, entretanto, os seus familiares lhes comunicaram conferiu, a partir de Agosto de 1974, o fenómeno de recuperação da queda havida nos meses transactos e pode afirmar-se, sem qualquer optimismo, que há estabilidade na remessa dos emigrantes.

P. — Mas essa estabilidade é generalizada? Não haverá nenhum fenómeno de compensação que corresponda, por exemplo, à paragem de remessas por parte dos emigrantes de um determinado país e ao acréscimo do montante dos envios por parte da emigração de outros países?

Alves Conde — **Efectivamente, a estabilidade medida em termos globais não é generalizada e assistimos a dois movimentos: um de acréscimo, que se regista dos emigrantes radicados nos países do centro da Europa; e um de decréscimo, dos emigrantes radicados no continente americano, particularmente no que respeita aos Estados Unidos da América e à Venezuela.**

P. — E qual tem sido o papel da Banca privada portuguesa no estrangeiro em relação a este problema? Será verdade como se afirma frequentemente que certos Bancos têm boicotado o envio das economias dos emigrantes para Portugal?

Alves Conde — **Temos tido conhecimento de notícias, através da imprensa portuguesa, que alguns bancos privados portugueses não estão incentivando as transferências dos emigrantes para Portugal. Porém, quando analisamos os quadros comparativos das remessas de emigrantes canalizados por esses Bancos, verificamos que apresentam movimentos em correlação com as tendências globais e não dispomos de provas formais de qualquer acção de boicote.**

P. — Diz-se também que as taxas de juro que os Bancos estrangeiros pagam pelo depósito das economias dos nossos emigrantes são muito mais favoráveis que as da Banca portuguesa.

Até que ponto é que isso corresponde à realidade?

Alves Conde — **Com a recente alteração das taxas de juro, ocorrida em Dezembro, podemos afirmar que as nossas taxas são competitivas com as da banca estrangeira.**

Se alguma diferença desfavorável existe ela é muito pequena e em muitos casos não é suficiente para desencorajar os emigrantes de continuarem a remeter as suas poupanças para o país de origem, pois que a maioria não atende apenas ao rendimento



do seu capital, o que, aliás, seria legítimo. Na verdade, os emigrantes estão também convictos da excepcional importância que as suas remessas representam para o País, particularmente no momento em que estamos a proceder a um enorme esforço de reconstrução nacional, orientado por critérios que atendem a princípios básicos de valorização regional. Isto equivale a dizer que o planeamento toma em conta as regiões mais desfavorecidas do País, as quais, como sabemos, têm contribuído com maiores contingentes de emigrantes.

P. — *Pela correspondência que recebemos constatamos que uma aspiração generalizada dos emigrantes é a existência de um Banco de Estado que centralize as suas poupanças.*

Qual será a viabilidade desse Banco?

Alves Conde — Sabemos muito bem desse anseio e estão-se envidando todos os esforços para já em Março próximo a Caixa Geral de Depósitos, como instituto de crédito do Estado, inaugurar uma agência em Paris que será o começo de uma implantação da maior instituição de crédito portuguesa nos principais centros onde laboram os nossos emigrantes. É um plano que não deixará de fazer sentir os seus efeitos já no corrente ano de 1975, mas será a sua acção mais intensa durante o próximo ano de 1976.

P. — *Que condições mais favoráveis para os emigrantes é que poderia criar a existência de um tal Banco?*

Alves Conde — Além do aspecto de segurança que está implícito numa instituição de crédito do sector público, ela poderá encarar melhores condições de remuneração, principalmente se o depositante definir prazos mais longos de aplicação das suas poupanças. Também poderá ligar tais poupanças a operações de empréstimos, quando necessários, como será o caso de compra de habitação própria.

P. — *O desejo dos emigrantes de verem as suas economias centralizadas num Banco de Estado único corresponde geralmente à aspiração de controle do emprego das economias depositadas. Todos querem que o seu dinheiro seja empregue no desenvolvimento do país, especialmente das regiões onde nasceram e trabalharam, e gostariam de poder controlar concretamente essa aplicação.*

O que acha desta ideia?

Alves Conde — Já me referi acima a este problema. Creio que a forma mais eficiente é a dos emigrantes terem confiança, acima de tudo, no Governo, portanto em todas as acções concretas como sejam as do planeamento regional.

A Caixa Geral de Depósitos tem sido sempre — e continua a ser em escala mais acelerada — o grande financiador não só das autarquias locais mas também dos sectores económicos fundamentais, em especial da agricultura, através de empréstimos directos ou indirectos, neste caso por intermédio de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, das indústrias extractivas, transformadoras e da construção civil, para só citar estas modalidades. Isto só é possível mercê da crescente confiança que aquela instituição continua a usufruir dos detentores da poupança privada.

Na fase actual do lançamento do planeamento regional em novos moldes, não creio que a ideia do controlo directo da aplicação de fundos possa ser feita e creio mesmo que ela nalguns casos poderia ser perigosa, pois o Governo Central teria de atender, não ao tipo de necessidades dessas regiões, mas sim aos capitais que afluem a cada região, o que poderia ser factor de desequilíbrio entre o binário financiamento-necessidade.

Creio, no entanto, que há formas porventura menos concretas mas igualmente eficientes de seguir atentamente o fomento das regiões a que os emigrantes pertencem, como seja a de se ocuparem com a gestão da sua municipalidade ou mesmo freguesia.

Numa fase mais adiantada, admitimos que alguns municípios possam colocar empréstimos com determinados objectivos e, então, nesse caso, teríamos alcançado a possibilidade de controlo directo da aplicação dos fundos por parte dos subscritores de tais empréstimos.

P. — *Já o conhece concerteza, mas gostaríamos que nos dissesse concretamente o que pensa sobre isso, o grande problema de muitos emigrantes que desejariam voltar para Portugal, salvaguardando no entanto a possibilidade de regressar ao país em que se encontram actualmente caso não se conseguissem adaptar à vida do país: a comutabilidade automática dos depósitos na moeda do país para onde emigram por um lado, e a possibilidade de*

retransferir todas as suas economias em caso de nova partida, por outro lado.

Este problema põe-se também, como sabe, em relação ao envio puro e simples das economias, pelas mesmas razões.

O governo prepara alguma solução para este problema?

Alves Conde — O problema, como se verifica, é bastante complexo e a questão financeira é uma parte apenas do mesmo.

Na difícil conjuntura em que todos os países vivem, verifica-se que os emigrantes portugueses têm sido, mesmo assim, os menos afectados e, por outro lado, como em Portugal se depararam problemas preocupantes de desemprego, afigura-se-nos que não é o momento asado para um regresso em massa, ao País, de emigrantes.

O problema, pela sua vastidão, caberia, em princípio, à Secretaria de Estado da Emigração, e eu apenas posso afirmar que o Banco de Portugal tem permitido a retransferência das economias por parte dos emigrantes, pois que é conhecido que tais movimentos só têm lugar em casos de extremas necessidades e carências sentidas pelos seus titulares.

P. — *Não sei até que ponto é ainda do seu domínio esta questão, mas nós recebemos frequentemente cartas de vários emigrantes que nos dizem: «na minha aldeia não há electrificação; eu estou disposto, se o governo me der garantias, não só em participar com algum dinheiro para isso, mas inclusivamente a organizar uma colecta para esse fim entre os emigrantes da minha terra, para que nós possamos ter um mínimo de conforto quando aí vamos de férias.*

Como é que esta colaboração poderia não «cair em sado roto» e ser aproveitada utilmente?

Alves Conde — Já aflorei o problema em termos genéricos e creio bem que iniciativas desse género são absolutamente viáveis e têm de ser em primeira mão tratadas no âmbito regional, seja a freguesia ou o município.

Temos conhecimento, áue muitas acções dessas têm sido feitas sem a intervenção do Governo, mas se for achado conveniente que tutele tais acções, não temos dúvidas algumas em afirmar que a resposta é positiva, tanto está o Governo empenhado na resolução das necessidades mais urgentes sentidas pelas regiões mais desfavorecidas do País.

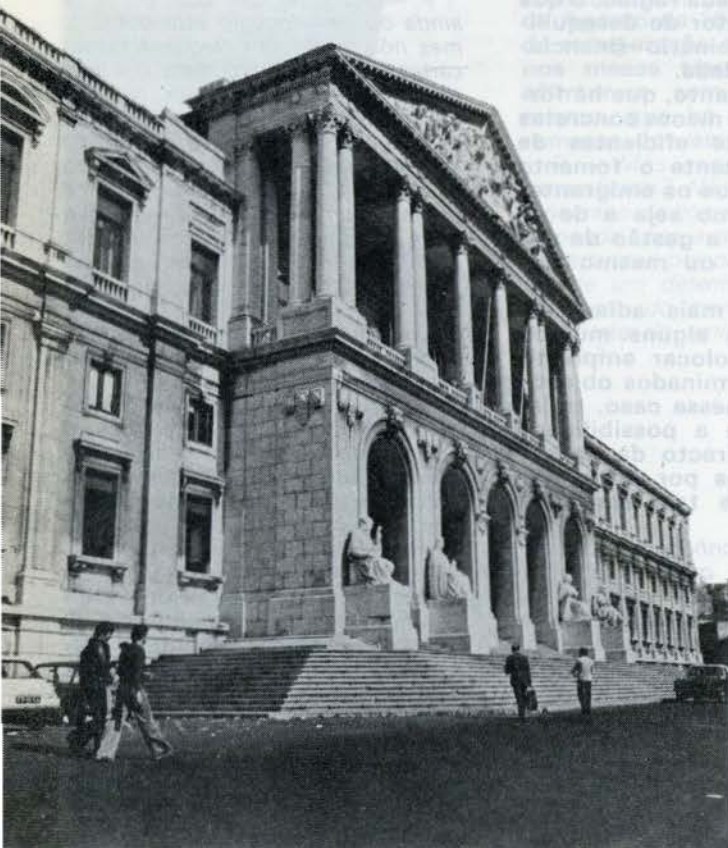
NUM PAÍS

LIVRE ELEIÇÕES LIVRES

25 de Abril foi dia de eleições. E embora esta data já tivesse muitos motivos para ficar marcada e para ser orgulhosamente lembrada na memória de todos os portugueses, não deixa de ser importante o facto de nela se terem realizado agora, um ano depois da jornada que derrubou o fascismo, as prometidas eleições livres em Portugal.

O povo votou e votou na democracia. 48 anos de fascismo são uma herança pesada e ainda demasiado fresca na lembrança dos portugueses para que, na sua maioria esmagadora, não aderissem ao projecto de reconstrução do país em que as forças progressistas estão empenhadas. Enganaram-se redondamente aqueles que apregoavam por jornais estrangeiros a não adesão das massas populares e esse projecto. De facto,

desde o dia 25 de Abril de 1974 até ao 25 de Abril de 1975, essa adesão foi por várias vezes demonstrada, sobretudo nos momentos em que o processo revolucionário esteve em perigo, e só por má-fé se poderá levar por diante a campanha que tem sido desencadeada contra Portugal. As eleições foram apenas mais uma prova disso, mas uma prova que ninguém poderá desmentir. Não foi por acaso que as diversas tentativas reaccionárias contra a democracia portuguesa contaram sempre entre os seus objectivos adiar ou impedir mesmo a realização das eleições. E que a vontade popular expresse no voto não interessa, por motivos evidentes, àqueles que continuam apostados em que o país volte ao que o país era ainda há pouco mais de um ano.



VOTAR É COLABORAR

tinha dito
o Presidente da República

No passado dia 10 de Fevereiro, o General Costa Gomes dirigiu ao país uma importante mensagem sobre o acto eleitoral, em que aproveitou para fazer o ponto do caminho percorrido pela revolução portuguesa até essa data. É de notar que a data por ele indicada, nessa altura, para as eleições, foi posteriormente adiada, em virtude dos acontecimentos do 11 de Março. Dada a importância dessas palavras, aqui as inserimos em boa parte.

"As eleições para a Assembleia Constituinte realizar-se-ão no dia 12 de Abril de 1975.

Proclamo publicamente esta data cumprindo os termos do n.º 6, art.º 7.º da Lei n.º 3/74.

Tinha pois absoluta razão o Presidente da República, General Costa Gomes, quando explicou, em 10 de Fevereiro, a importância do acto eleitoral:

"Votar é um direito de todo o eleitor, mas é simultaneamente um dever imperioso. Nenhum português se negará à responsabilidade de votar, de votar tão conscientemente quanto lhe seja possível. Votar é colaborar, não votar é trair o povo".

QUEM VOTOU?

A hora em que encerramos este número, ainda não terminaram os trabalhos de cálculo do total dos boletins de voto. É, no entanto, de registar, que a participação dos eleitores tenha sido, de longe, a maior que já alguma vez se registou entre nós. E essa participação começou logo no acto de recenseamento, cujos resultados foram os seguintes:

RECENSEADOS EM PORTUGAL

Distritos	Eleitores	Deputados
Aveiro	358 885	14
Beja	139 357	6
Braga	367 055	15
Bragança	109 866	4
Castelo Branco	167 905	7
Coimbra	295 849	12
Évora	135 144	5
Faro	227 468	9
Guarda	137 790	6
Leiria	264 487	11
Lisboa	1 371 559	55
Porto	889 295	36
Portalegre	107 813	4
Santarém	321 957	13
Setúbal	402 339	16
Viseu	261 218	10
Vila Real	156 507	6
Viana do Castelo	156 884	6
Angra	49 812	2
Horta	25 749	1
Ponta Delgada	84 365	3
Funchal	141 133	6
Total	6 172 437	247

Convém recordar que nas grandes linhas do Programa do M.F.A. descolonizar e democratizar eram as generosas motivações de homens corajosos que não dormiram a noite de 25 de Abril.

Ninguém tem dúvidas quanto aos passos fundamentais percorridos na descolonização, nessa ronda inevitável dos caminhos da História; ronda que se aproxima dum epílogo original, genuinamente português.

Pois bem, no caminhar para a Democracia a data que hoje fixei será um marco fundamental na longa rota a percorrer.

Estas primeiras eleições acabarão por determinar os homens a quem compete a transcendente responsabilidade de preparar a Constituição, a Lei fundamental que lançará o povo a que pertencemos no rumo do Futuro.

Votar é um direito de todo o eleitor mas é simultaneamente um dever imperioso. Nenhum português se negará à responsabilidade de votar, de votar tão conscientemente quanto lhe seja possível.

Votar é colaborar, não votar é trair o Povo.

Aproveito a oportunidade de hoje para fazer um balanço geral dos

resultados de menos de um ano da nossa Revolução.

Começarei por reconhecer tantos erros e desvios e colectivos feitos por homens e organizações egoisticamente agarrados a velhos privilégios; por oportunismos pseudo-revolucionários de ambiciosos do Poder; por massas populares, gente simples e boa, que interesses ocultos polarizam e manejam.

Estamos a aprender esforçadamente a viver em liberdade. Decretos não bastam.

A vivência em sociedade livre terá de impregnar os sentimentos, as atitudes e os comportamentos de todos nós; teremos de a conquistar, integrá-la na nossa personalidade colectiva num processo não isento de vários sobressaltos.

Evitaremos as ditaduras que marginam a rota revolucionária que prosseguimos.

Aos homens sem fé, aos fracos de vontade e de espírito, aos que desertam na caminhada, batidos pelas dificuldades da Revolução, aos feridos nos privilégios, aos impacientes, aos injustamente traumatizados, a todos recomendaria a leitura da história de tantas revoluções libertadoras.

A caminhada para a liberdade tem sempre um preço social em suor, sangue e lágrimas; só a generosidade dos autênticos revolucionários e a bondade e civismo do Povo Português tem permitido preço tão baixo.

Todos nós, Povo de Portugal, vamos lutar mais com o espírito, trabalhar mais com as mãos, perseverando mais com a vontade, para construir uma sociedade livre com um mínimo de sofrimentos injustos.

Chegam até mim clamores de impacientes e de idealistas portugueses que criticam o que chamam "ritmo lento da nossa Revolução". Falam-me outros, nos quais incluo estadistas estrangeiros que conduziram as suas revoluções libertadoras, do perigo da aceleração excessiva do processo revolucionário.

A extrema dependência económica de um Mundo em crise, a tarefa urgente da descolonização, o artificialismo do sistema das forças de produção, o atraso e distorção educacional, são algumas das pesadas heranças que limitam a capacidade de aceleração revolucionária, sob pena de rotura do equilíbrio social que desejaríamos manter.

RECENSEADOS EMIGRANTES

África do Sul	315
Alemanha	6 025
Austrália	137
Brasil	529
Canadá	2 142
E. U. A.	4 685
Espanha	378
França	2 924
Grã-Bretanha	1 015
Itália	280
Atenas	8
Antuérpia	334
Buenos Aires (Argentina)	4
Bissau (Guiné)	9
Copenhague (Dinamarca)	32
Caracas (Venezuela)	1 452
Dublin (Irlanda)	22
Hamilton (Bermudas)	22
Estocolmo (Suécia)	154
Helsínquia (Finlândia)	19
Kinshasa (Zaire)	28
Luxemburgo	794
México	24
Mbabane (Swazilândia)	38
Oslo (Noruega)	42
Rabat (Marrocos)	13
Roterão (Holanda)	430
Salisbúria (Rodésia)	29
Tóquio (Japão)	14
Viena (Áustria)	41
Total	21 934

Como se sabe, para efeito de eleições todas estas zonas onde trabalham portugueses constituíram um único círculo eleitoral, com direito a eleger um deputado, que representará na Assembleia Constituinte os emigrantes.



PARTIDOS CONCORRENTES

Apesar de logo a seguir ao 25 de Abril terem aparecido dezenas de partidos, como era natural depois de tanto tempo em que a actividade pública foi monopolizada em Portugal pelo partido do Governo, a Acção Nacional Popular, sendo os outros obrigados a trabalhar na clandestinidade, concorreram agora às eleições 12 partidos:

Partido Popular Monárquico	— PPM
Partido Comunista Português	— PCP
Centro Democrático Social	— CDS
Movimento de Esquerda Socialista	— MES
Partido Socialista	— PS
Movimento Democrático Português	— MDP/CDE
Partido Popular Democrático	— PPD
União Democrática Popular	— UDP
Frente Socialista Popular	— FSP
Frente Eleitoral Comunista	— FEC (M-L)
Liga Comunista Internacionalista	— LCI
Partido da Unidade Popular	— PUP

QUANTO SE FEZ EM MENOS DE UM ANO

É reconfortante verificar quanto se fez em menos de um ano de Revolução.

Milhões de almas, povos irmãos, foram colocados no caminho descolonizante, génese de novas pátrias de expressão lusitana.

O Povo Português, intoxicado de decénios de propaganda da extrema-direita, dispõe agora de uma informação pública com órgãos livres, onde já se procura criar o justo equilíbrio no pluralismo de opiniões.

Os responsáveis pela Economia e Finanças criaram uma estrutura orçamental mais adequada, uma distribuição mais justa da carga fiscal, aumentaram o "controle" do Estado sobre a banca e a economia privada e prepararam-se para actuar na conjuntura com base no novo Plano Económico já aprovado.

Iniciaram-se as intervenções do Estado nas empresas privadas e na implantação da reforma agrária.

Todos eles apresentaram os seus candidatos à Assembleia Constituinte, embora alguns o tenham feito apenas em alguns distritos. Assim, no caso da emigração que funcionou, como já dissemos, como um círculo eleitoral com direito a eleger um deputado, apresentaram candidaturas cinco partidos:

	Candidato	Suplente
MDP/CDE	— António Macedo Varela	— Rui Manuel Justo Neves
PPD	— José Teodoro Jesus da Silva	— António Manuel Machado Novais
PS	— José Neves	— Rodolfo Crespo
FEC (M-L)	— Everaldo Valente Alberto	—
PPM	— João Carlos Carmossa Saldanha	—
CDS	— Nelson da Silva	— Maria Leonor Salema



Os sectores eléctricos, petrolífero, siderúrgico, comércio internacional, distribuição cooperativa dos bens de consumo, construção de navios de pesca, e outros sectores começam já a sentir a nova orientação do Estado para os desviar de interesses capitalistas exclusivos e os colocar ao serviço do Povo.

No plano da Administração Interna, tentam-se soluções de democratização e descentralização administrativa e mantém-se firme o rumo pré-eleitoral cheio de dificuldades.

Na política externa, a colaboração na descolonização, o reajustamento e alargamento das nossas relações internacionais tem sido uma tarefa imensa a protelar uma exploração internacional mais intensa da nova situação nacional. A renegociação da Concordata e do acordo dos Açores são já vantagens fundamentais a considerar em curto prazo.

Tudo o que se refere a transportes internos, marítimos e aéreos está em plena reconversão, bem como o problema habitacional, a utilização da energia, as obras públicas e a defesa do ambiente.

Nunca se trabalhou tão intensamente nos problemas de segurança social dos trabalhadores,

onde se estão a criar ou melhorar esquemas de protecção contra a doença, o acidente, o desemprego e a velhice.

Nas relações capital-trabalho procura-se orientar uma turbulência excessiva, limitar aventuras pseudo-revolucionárias, mas importa sobretudo continuar a reforçar a luta ordeira mas firme dos trabalhadores que trabalham e por isso conquistam legítimos direitos a uma vida melhor e mais digna.

No campo da educação nacional tudo o que foi feito, incluindo a democratização da gestão dos estabelecimentos de ensino, a revisão dos programas primários, preparatórios e secundários, os acordos culturais, o trabalho de planeamento e preparação, parece não impressionar.

É um esforço camuflado pela selva imensa do que está por fazer, tarefa intrinsecamente gigantista agravada por correntes extremistas de pensamento, por fascistas ou pseudo-revolucionários a quem Portugal Livre parece não convir.

Pensem ainda no que se realizou ou preparou no campo da saúde, em medicina preventiva, em democratização do sistema hospitalar, em

regularização das carreiras profissionais.

Gostariamos de ter realizado mais e melhor, mas façamos justiça aos actuais responsáveis do Poder, trabalhadores infatigáveis que merecem alta cotação no mundo do trabalho honesto com que teremos de forjar um País democrático, autenticamente livre e justo.

VOTAI COM CONSCIÊNCIA

Terminarei com dois apelos. O primeiro quero dirigi-lo aos partidos autênticos, aqueles que verdadeiramente são representativos de segmentos genuínos do Povo de Portugal.

A felicidade possível de todos nós depende muito da vossa acção esclarecedora e pedagógica junto das massas populares. Intensificai tudo quanto contribua para a unidade no sentido de se construir uma democracia pluralista e livre e procurai esquecer os atritos possíveis na luta política.



A CAMPANHA ELEITORAL

A intentona reaccionária abortou a 11 de Março veio alterar ligeiramente as datas previstas para as eleições e, consequentemente, para o início da campanha. Inicialmente marcadas para o dia 12, como se pode ver no discurso do general Costa Gomes que aqui transcrevemos, as eleições acabaram por se realizar só no dia 25 de Abril. A campanha, por sua vez, começou no dia 2 e terminou a 23.

Durante mais de vinte dias, os partidos tiveram oportunidade de expor os seus programas e de, através dos principais órgãos de informação, apresentarem em rigorosa igualdade de circunstâncias as suas propostas de solução para a actual conjuntura do país. Quase sem incidentes, numa impressionante demonstração de civismo e de maturidade política, Portugal apresentou durante estes dias um espectáculo de liberdade que chegaria, só por si, para fazer calar todas as acusações que do estrangeiro têm sido movidas contra nós.

Sucederam-se os comícios, as sessões de esclarecimento, a intervenção na rádio e na televisão, as colagens de cartazes em profusão pelas paredes de todo o país. Naturalmente beneficiados os partidos com uma máquina mais bem montada e com maior número de aderentes, as condições foram, no entanto, rigorosamente idênticas para todos nos órgãos de informação oficioso, como exigem as mais elementares regras da democracia. De salientar, o interesse de todo o povo em ser esclarecido. Obrigado durante meio século ao obscurantismo a que o votaram as classes dominantes, ele quer agora recuperar na aprendizagem política, procurando detectar quais são os partidos que melhor defendem os seus interesses e quais são

aqueles que pretendem apenas servir-se dele para continuarem a explorá-lo. E apesar das condições a que o reduziram todos estes anos do sistema fascista, bem poderemos afirmar que a sua aprendizagem num ano apenas bem poderá servir de exemplo apontado ao mundo.

COMO VOTARAM OS EMIGRANTES

Os portugueses residentes no estrangeiro que, na devida altura, se tinham recenseado nos consulados da respectiva área, puderam agora votar por correspondência. Depois dos problemas levantados por alguns governos estrangeiros quanto ao processamento do acto eleitoral português nos respectivos países, foi esta a maneira mais fácil e mais correcta que se encontrou, tendo sido publicado um decreto-lei nesse sentido. Todos os recenseados receberam, portanto, um boletim de voto, acompanhado de dois envelopes: um verde, destinado ao boletim e sem quaisquer indicações; o outro era branco e estava já endereçado ao Governo Civil de Lisboa. Os emigrantes que votaram limitaram-se a assinalar no boletim o partido que elegeram e o seu nome e morada no envelope branco, remetendo-o em seguida para o Governo Civil de Lisboa.

Escusado será dizer que para os residentes em território português não havia esta possibilidade de voto por correspondência. Todos os eleitores tiveram de dirigir-se às mesas de voto, onde depositaram os respectivos boletins.



RESULTADOS FINAIS

O resultado das eleições é já conhecido. Limitamo-nos, por isso, a apresentar aqui os quadros da votação tanto em Portugal como nos principais países da emigração.

PORTUGAL

Designação	Totais	Porcentagem dos votos	Deputados eleitos
Freguesias	4 027		
Eleitores inscritos	6 176 559		
Votantes	5 665 707	91,73	
Votos brancos ou nulos	393 164	6,94	
C. D. S.	433 153	7,65	16
F. E. C.	32 508	0,57	0
F. S. P.	66 161	1,17	0
L. C. I.	10 732	0,19	0
M. D. P./C. D. E.	233 362	4,12	5
M. E. S.	57 682	1,02	0
P. C. P.	709 639	12,53	30
P. P. D.	1 494 575	26,38	80
P. P. M.	31 809	0,56	0
P. S.	2 145 392	37,87	115
P. U. P.	12 984	0,23	0
U. D. P.	44 546	0,79	1



EMIGRAÇÃO

	PPD	PS	MDP	CDS	FEC	PPM
Alemanha	1707	2701	534	167	114	6
França	317	1102	583	73	173	8
Luxemburgo	100	368	111	14	50	1
Inglaterra	221	418	143	32	42	0
Holanda	30	234	40	1	31	0
Itália	44	64	24	84	5	3
Espanha	61	105	76	32	17	1
Bélgica	79	103	46	46	6	3
Brasil	91	46	37	73	2	0
E. U. A.	3446	454	87	89	17	3
Venezuela	935	57	75	112	5	9
Canadá	1089	436	195	72	25	3
Total na Europa	2601	5256	1600	456	457	22
Total no continente americano	5574	1000	399	352	49	19
Resultado geral	8385	6327	2025	846	485	44

Será portanto o candidato do P. P. D. José Teodoro da Silva, quem representará os emigrantes na Assembleia Constituinte, a qual começará a funcionar no próximo dia 2 de Junho.

11 DE MARÇO:

NOVA INTENTONA REACCIONÁRIA... ...NOVA VITÓRIA DO POVO PORTUGUÊS

1º de Março de 1975: mais uma vez os "saudosistas" do regime deposto a 25 de Abril, todos aqueles a quem o regime de Salazar-Caetano protegeu durante 48 anos — e que por isso mesmo "protegeram" e apoiaram o regime fascista — tentam pôr um travão ao processo revolucionário encetado em Portugal. Voltar a submeter o país à miséria e à opressão, é o seu objectivo. Chacinar milhares de portugueses para o alcançar, é um meio que lhes não repugna.

Por isso o povo português exige para eles um castigo severo, um controlo rigoroso para que não recomecem de novo.

Desta vez ainda e mais uma vez também, a mobilização imediata do povo português impediu a tentativa de golpe de Estado de se concretizar. Mas será preciso fazer qualquer coisa para que eles não continuem sistematicamente a atentar contra as liberdades conquistadas pelo povo português.

"25 de Abril" resolveu dar-vos os artigos de jornais que relatam os acontecimentos. Quase sem comentários. Porque sabemos a frenética campanha de descrédito e calúnia que alguns amigos no estrangeiro de Spínola e de outros contra-revolucionários como ele, tentam lançar sobre o povo português e o processo em que está empenhado, tentamos dar-vos a cronologia dos acontecimentos que de facto tiveram lugar.



O ATAQUE AO RAL 1

E assim que o jornal "A Capital" do 11 de Março relata os acontecimentos:

"Os acontecimentos de hoje traduzem-se num ataque a três quartéis de Lisboa — Escola Prática de Administração Militar, no Lumiar, Escola Prática de Serviço de Material e Regimento de Artilharia Ligeira 1, os dois últimos em Sacavém. O ataque, desencadeado por unidades pára-quedistas de Tancos, apoiados por caças "T6" e helicópteros, assumiu particular violência contra o R. A. L. 1, unidade considerada "fundamental" para o M. F. A. Apesar da escassez de informação oficial, supõe-se que o ataque se integrava numa tentativa de golpe de Estado de forças conservadoras.

Uma testemunha ocular dos acontecimentos, chegada ao local exactamente quando o helicóptero e dois bombardeiros atacavam o R. A. L. 1, em Sacavém, confiou-nos o relato dos factos, tal qual os presenciou de sob uma ponte onde procurou abrigo quando as balas zumbiam de todos os lados. Trata-se de Pedro José Caleiro Baptista, de 28 anos, residente no Bairro da Caixa, 14-1.º esquerdo na Moita do Ribatejo, o qual, na altura, vinha a caminho de Lisboa ao volante de uma camioneta que transportava material de construção civil.

— Passava em frente do R. A. L. 1, cerca das 11 e 45 horas, quando comecei a ouvir tiros. Vi logo que não era brincadeira nenhuma, pois participei em muitas operações em Angola e sei muito bem diferenciar as coisas.

"Olhei para o ar e vi dois bombardeiros e um helicóptero que bombardeavam o quartel. Abandonei imediatamente a carrinha no meio da estrada e refugiei-me debaixo de uma ponte. As balas e as granadas zumbiam de todos os lados. Sob a ponte, já se haviam acolhido os homens que andavam a trabalhar na estrada e muitos automobilistas. Havia mulheres com crianças ao colo.

"Os bombardeiros andavam aí a uns 50 metros de altitude e deixavam cair bombas compassadamente, enquanto que o helicóptero mandava rajadas de metralhadora quase sucessivas. As balas faziam ricochete na ponte onde nos abrigávamos.

"Entretanto, apareceram também muitos soldados debaixo da ponte. Eram do R. A. L. 1 e tinham conseguido fugir quando o tiroteio se desencadeou. Todos eles estavam desprevenidos, sem armas, à excepção de um furriel, (possivelmente estaria de sargento de dia ou de sargento da guarda), que tinha uma G-3. Ajudei-o a carregar o carregador, porque ele tinha os bolsos cheios de balas. O furriel não dizia nada, apenas queria derrubar o helicóptero. Fez três tiros, um a um, mas eu avisei-o que eles eram capazes de atirar a ponte abaixo."

"O furriel disse-me, depois, que tinham sido apanhados de surpresa, e só assim se explicava que todos estivessem desarmados. Eu tenho quase a certeza de que, do interior do quartel não respondiam ao tiroteio do helicóptero e dos bombardeiros. Vi muitos soldados a saltar o muro do quartel e a rastejar, procurando fugir às rajadas que não despejavam. Não vi feridos, mas o quartel estava quase todo a arder, ou, pelo menos, o fumo era intensíssimo.

"Estive cerca de vinte minutos debaixo da ponte, até que aproveitei um ligeiro abrandamento dos tiros e pude assim escapar-me."

DISCUTIR ORDENS

Os aviões eram "T6" e, soube-se mais tarde, as primeiras rajadas foram disparadas não por um mas por vários helicópteros. O R. A. L. 1, disse-nos, depois, o capitão Diniz de Almeida, "foi apanhado de surpresa".

— Estávamos num dia perfeitamente normal, quando fomos surpreendidos pelos heli-ataques.

Nas casernas do quartel eram visíveis, de longa distância, os vestígios do ataque: telhados partidos, paredes esburacadas, etc. O tiroteio desencadeado pelas forças atacantes — Batalhão de Pára-quedistas 111, de Tancos, comandado pelos oficiais: coronel Durão, tenente Levy Garcia, capitão Sebastião Martins, major Mensurado, segundo informações de alguns soldados — prolongou-se até cerca das 13 horas, altura em que os capitães Sebastião Martins e Diniz de Almeida se encontram para diálogo.

Segundo o capitão Diniz de Almeida, entre a guarnição do R. A. L. 1 há a registar vários feridos. O oficial não especificou o número de baixas.

A maioria dos soldados pára-quedistas afirmou, no meio da

confusão que se gerou, desconhecer por completo o que estava ali a fazer. Soldados do R. A. L. 1, entretanto, procuravam esclarecer-los sobre a importância de "não cumprir ordens apenas porque foram dadas por alguém com mais 'amarelos' do que nós".

— No fundo, que sentido faz estarmos para aqui a matar-nos uns aos outros? — perguntava um dos para-quedistas.

DIÁLOGO QUE CONDUZ AO FOGO

Cerca das 13 horas, o capitão Diniz de Almeida, oficial do R. A. L. 1, que orientava a defesa da unidade, prontificou-se a dialogar com o capitão Sebastião Martins, pára-quedista, de Tancos, que comandava as forças atacantes. Os dois oficiais avistaram-se, por entre os pilares dos altos edifícios vizinhos do R. A. L. 1, no meio de numerosos populares, que, embora constantemente empurrados pelos canos das metralhadoras dos soldados, não arredaram pé. O tiroteio havia parado, entretanto. O nosso repórter estava no local, ao lado dos dois oficiais, e o diálogo entre ambos é aqui reproduzido de memória:

Capitão Diniz de Almeida — Então o que é que se passa?

Capitão Sebastião Martins — Tenho ordens dos meus superiores para ocupar a sua unidade.

Cap. D. A. — Mas porquê? Eu tenho ordens dos meus superiores para defender a minha unidade.

Cap. S. M. — Você não tem ordem para se entregar?

Cap. D. A. — Tenho ordens para defender a unidade, sempre. De resto, estamos longe de esperar uma coisa destas. A unidade estava num dos seus dias de vida normal, quando fomos surpreendidos pelo ataque dos helicópteros. Tenho uma série de homens feridos. O que se passa afinal?

Cap. S. M. (tira um documento de um dos bolsos do camuflado e estende-o ao cap. Diniz de Almeida, que passa uma vista de olhos por ele. O documento, um apelo às Forças Armadas, falava, pela breve leitura que o repórter pôde fazer, de desvirtuações ao Programa do M. F. A.)

— Com certeza que tem conhecimento destes comunicados.

Cap. D. A. — Então e vocês atacam uma unidade por causa de um papel?

Cap. S. M. — Não é por causa de um papel. Há altas individualidades descontentes com a forma como as coisas têm corrido. É em nome delas que desencadeámos esta acção, para garantir que as eleições de 12 de Abril se realizarão.

Cap. D. A. — As Forças Armadas são a garantia de que as eleições se realizarão. De resto, De quem é que o camarada recebeu as ordens? Neste País as ordens vêm do Presidente da República, do Governo, ou do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Cap. S. M. — Eu recebi ordens. Ataquei a unidade, que vocês defenderam com unhas e dentes. Estamos aqui a dialogar para ver se há possibilidades de evitar mortes. Há mais forças que vêm a caminho. Vocês rendem-se ou não?

Cap. D. A. — Vamos lutar, então. Não nos rendemos. Mas precisamos saber por que motivos, por que objectivos estamos a lutar.

(Há vozes ao lado que gritam, viradas para o capitão dos pára-quedistas: "O povo não está com vocês! O povo não está com vocês!")

Um civil aproxima-se e interrompe. Apresenta-se:

— Chamo-me Costa Correia, estive na operação para ocupar a P. I. D. E./D. G. S. e não fiz aquilo para ver agora o País lançado numa guerra fratricida, para ver o País sob a ameaça de um golpe estilo Chile.

Cap. S. M. — Isto não é um golpe estilo Chile.

Costa Correia — De qualquer forma, temos todos de estar unidos, temos todos de defender a nossa revolução, a revolução feita para restituir ao povo a sua dignidade.

(Há vozes que voltam a gritar: "O povo não está com vocês! O povo não está com vocês!". O capitão Sebastião Martins aparenta, agarrado ao cano da sua arma automática, nervosismo.)

Cap. D. A. — Porque é que o camarada não vem comigo ao COPCON? Reconhece ou não autoridade no COPCON? No general Carlos Fabião, o chefe do Estado-Maior do Exército? Os nossos chefes deram-nos ordens contrárias. A si de atacar, a mim de me defender. Porque não deixamos que eles discutam o assunto?

Cap. S. M. — As Forças Armadas não estão consigo.

(Há vozes ao lado, de todos quantos ali se encontram, que gritam o contrário.)

Cap. D. A. — Se assim for, então não terei a menor dúvida em me

render à maioria. Mas, que eu saiba, o Exército está connosco, a Marinha está connosco, só vocês é que não.

Cap. S. M. — Vamos ver. Vamos então esperar que os nossos chefes decidam.

PÁRA-QUEDISTAS NO AEROPORTO

Mal começou o ataque ao quartel, o tráfego do aeroporto foi paralisado. Logo a seguir, tomou ali posições um contingente de cerca de 100 pára-quedistas, vindos de Tancos. Um capitão que se encontrava no aeroporto declarou: "Estamos do lado da Democracia, mas isto está ainda muito confuso". Acrescentou que os revoltosos incluíam aviação, pára-quedistas e cavalaria.

Contactado o Regimento de Pára-Quedistas de Tancos, o oficial de serviço disse não ser possível encontrar o capitão Ramos, antigo adjunto do general Spínola. Interrogado sobre a situação, afirmou nada saber sobre o que se estava a passar e que se mantinha a tranquilidade naquela base.

Entretanto, ao fim da manhã, comandos do COPCON tinham-se deslocado a Belém, onde se avistaram com o Presidente Costa Gomes, a quem deram conhecimento do que se estava a passar. O encontro seguiu-se a uma reunião de emergência dos oficiais do COPCON. Três aviões "T6" sobrevoaram, então o Forte do Alto do Duque. Ao mesmo tempo, os oficiais ligados às Campanhas de Dinamização Cultural foram convidados a dirigirem-se para as respectivas unidades. Fontes ligadas à Presidência da República pensavam que se tratava de um movimento desencadeado por dissidentes da Força Aérea, os quais não obedecem sequer ao respectivo chefe do Estado-Maior. Mais tarde, o Presidente da República, dirigiu-se para a Cova da Moura.

Cerca das 12 e 15 o Conselho de Ministros interrompeu a sua reunião, tendo o Governo saído para o quartel dos fuzileiros, no Alfeite, segundo informação dos batedores que acompanharam os ministros.

Por outro lado, a comissão coordenadora do M. F. A. en-



contrava-se. à mesma hora, reunida no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, recusando-se a prestar declarações aos jornalistas que ali acorreram. A saída, oficiais daquela comissão afirmaram tratar-se de um movimento desencadeado por pára-quedistas."

MOBILIZAÇÃO EM TODO O PAÍS

É só por volta das 13h30m que a Emissora Nacional, em ligação com a 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, dá as primeiras notícias concretas sobre o que se passa:

"Vamos dar uma notícia concreta: 2 aviões e 2 helicópteros atacaram o Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, unidade afecta e fundamental ao Movimento das Forças Armadas.

"Este ataque foi feito cerca das 13 horas, por elementos pára-quedistas e outros elementos das Forças Armadas que se sublevaram contra a ordem democrática instaurada depois do 25 de Abril.

"Mais uma vez, o MFA e o Povo devem e têm de estar unidos e manter-se em alerta e vigilantes contra estas manobras que não podem vingar de maneira nenhuma.

"Acreditamos e estamos confiantes. Pedimos vigilância popular em unidade com os órgãos representativos do Movimento das Forças Armadas, nomeadamente a sua Comissão Coordenadora, 5.ª Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas e comandante-adjunto do COPCON, brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho."

Imediatamente em todo o país, com uma espantosa rapidez, o povo português se mobiliza para impedir a tentativa de golpe de se concretizar.

É nesta fantástica mobilização que é preciso procurar as razões da derrota rápida dos contra-revolucionários. Muitos deles, provavelmente, nem sequer ousaram mexer quando viram a mobilização popular. Segundo relata o jornal "Expresso", Spínola só acreditou que a tentativa de golpe não tinha ido avante quando um colaborador seu lhe disse: "Estamos perdidos, meu general! Estão todos a confraternizar!"

A força demonstrada pelo povo português, a sua confraternização com os soldados — que impediu por exemplo os pára-quedistas que

cercaram o R. A. L. 1 de disparar sobre os seus camaradas — é a razão essencial da nova derrota de Spínola e seus amigos.

Os apelos dirigidos à população, através da Emissora Nacional, pela 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, no sentido de serem instalados postos de vigilância e montadas barricadas para evitar a marcha de forças reaccionárias, teve rápida resposta por parte das massas populares que, a partir das saídas de Lisboa e nas principais vias, fiscalizaram, cuidadosamente, a circulação de veículos. Alguns transportes com elementos dos órgãos da Informação conseguiram transitar menos demoradamente.

Quer na auto-estrada do Norte, quer para Sul, quer na região da Amadora surgiram veículos de diversos tipos atravessados na estrada impedindo, por completo, a marcha em qualquer sentido. Uma barragem instalada no Carregado cortou por completo o trânsito vindo do Norte em direcção a Lisboa.

A população utilizou, para responder ao apelo, as "armas" ao seu alcance. Enquanto nas regiões onde há fábricas se viam as estradas obstruídas por veículos das empresas, nas zonas rurais foram utilizados bidões e toros para impedir a passagem de carros. Além destas, os grupos populares utilizaram "armas" pessoais que iam do varapau à caçadeira.

A saída da auto-estrada do Norte, junto à portagem, nove betoneiras "ao serviço do povo" — conforme indicava um letreiro — impediriam a passagem de qualquer coluna militar autotransportada que pretendesse chegar a Lisboa. Mais adiante, na Vialonga, nova barragem, utilizando as camionetas da fábrica de cervejas.

Em Vila Franca de Xira, muitas dezenas de automóveis e camionetas estavam parados diante de uma barreira. Outras se seguiam, na estrada que conduz a Tancos, colocadas na Castanheira, Carregado, Azambuja, Cartaxo, Santarém, Almeirim, Alpiarça e Chamusca.

Os veículos que chegavam às barragens eram cuidadosamente vistoriados, o mesmo sucedendo a condutores e ocupantes, cuja identificação era solicitada. A passagem de barreira a barreira fazia-se utilizando marcações a giz nos automóveis ou através de "senhas" como "Pardal", "Gato", "Gaiola", "Abóbora", "Operação Avião" e outras.

Em muitas das barricadas houve elementos das Forças Armadas a

apoiar o povo que acorreu a vigiar as vias de comunicação. Numa dessas barricadas chegou a ser impedida a passagem de um automóvel que transportava elementos militares, armados, que se recusaram a identificar-se e não foram autorizados a seguir viagem por não se definir "de que lado estavam".

Próximo de Santarém a vigilância foi feita por elementos de vários partidos, identificados com braceadeiras, que se encarregaram de enquadrar os populares que colaboraram na fiscalização.

As barricadas foram levantadas ao começo da noite após solicitação expressa do comandante adjunto do COPCON.

Durante todo o dia e por toda a parte a população ajudou os soldados a localizar e identificar os reaccionários.

É só às 17h40m que é oficialmente noticiada a implicação do ex-general Spínola no golpe, através da divulgação da sua fuga "para parte incerta".

PELA TERCEIRA VEZ NO QUARTEL DO CARMO

Fala-se muito do general Galvão de Melo, de quem se pensava que estaria ligado à tentativa de golpe de Estado, mas estas suposições serão depois oficialmente desmentidas, apesar deste general ter estado sob prisão.

Em Lisboa, no quartel da GNR do Carmo, alguns oficiais, que se não sabia exactamente quem eram, estão refugiados, com a convicção de outros oficiais do mesmo quartel, que prendem o general Pinto Ferreira, recentemente nomeado comandante-geral da G. N. R.

Uma imensa multidão exigindo "justiça" aglomera-se diante do quartel que é protegido por "chaimites". O povo não quer arrear pé, não quer que os oficiais comprometidos com o golpe fiquem sem castigo.

Cerca das 17 horas, sem que ninguém dê por isso, quatro oficiais pedem asilo na Embaixada Alemã, temerosos de sofrerem as consequências do seu atentado contra a liberdade. É essa a sua coragem... São o antigo comandante-geral da GNR,

Freire Damião, o tenente-coronel Xavier de Brito, major Rosa Garoupa e o tenente Gomes.

Os protestos populares, as negociações então conduzidas pelo governo português e a embaixada alemã, vão acabar por levar estes "medrosos" senhores a entregarem-se no dia 12 às autoridades militares portuguesas.

A resistência popular fez gorar este golpe. Os próprios soldados pára-quedistas, compreendendo o logro em que tinham caído, acabaram por entrar no quartel do R. A. L. 1 e confraternizar com os "inimigos", i. e., os seus camaradas, que oficiais contra-revolucionários queriam matar.

O balanço deste dia, além de vários feridos, é o da morte de um soldado do R. A. L. 1. No seu funeral, serão os próprios pára-quedistas "sitiados" que transportarão a urna.

Eles não são culpados das loucuras dos seus oficiais.

Eles não querem mais que tais factos se possam voltar a repetir: "Camaradas a atirar contra camaradas, para quê?"

Foi essa a importante lição que muitos soldados tiraram: nunca mais obedecer a ordens sem saber exactamente de onde é que elas vêm.

MANIFESTAÇÃO MACIÇA CELEBRA A VITÓRIA

A noite, à mesma hora a que o general Costa Gomes anuncia ao país a "detenção de parte dos oficiais implicados" e que "todos os responsáveis serão rapidamente julgados e punidos", no rol da lista e à sua cabeça encontrando-se "o general na reserva António de Spínola", partidos políticos (PC, PS, MDP-CDE, MES, LCI, FSP) apelam a uma manifestação que marca a nova vitória.

Serão dezenas de milhar as pessoas que durante três horas desfilarão do Campo Pequeno ao Rossio, gritando "slogans", alguns dos quais alusivos à ausência do P. P. D. da manifestação "Aqui é que se vê onde está o P. P. D.!"

Foram estes os acontecimentos do dia 11. Estes e não outros. A noite, será anunciada o criação do Conselho da Revolução, a dissolução dos Conselhos das Armas onde houvesse oficiais implicados, uma remodelação ministerial, a criação de



uma Comissão de Inquérito aos acontecimentos de 11 de Março.

Abre-se uma nova etapa no processo desencadeado a 25 de Abril.



DIZ-SE DIZ-SE DIZ-SE DIZ-SE

EM PORTUGAL

AUMENTARAM AS REMESSAS DOS EMIGRANTES

Segundo informação dos Serviços de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal, as remessas dos emigrantes, até Setembro de 1974 totalizaram 22913 contos.

Relativamente a idêntico período de 1973, verificou-se um aumento de 3 milhões e 600 contos.

Ainda segundo a mesma fonte, as remessas dos emigrantes totalizaram 14 milhões e 343 mil contos em 1970, 18 milhões e 848 mil contos em 1971, 22 milhões e 188 mil contos em 1972 e 26 milhões e 452 mil contos em 1973.

Pormenorizando melhor o movimento registado neste último ano, verifica-se que as transferências feitas no primeiro trimestre atingiram quatro milhões e 862 mil contos, no segundo trimestre seis milhões e 669 mil contos e no terceiro trimestre sete milhões e 764 mil contos. A progressão em 1974 processou-se de modo diferente, o que não é de surpreender, tendo-se registado, no terceiro trimestre uma subida notável, com a qual se recuperou o "atraso" do trimestre anterior, fixando-se as transferências em 10 milhões e 940 mil contos.

Para o último trimestre de 1974, não existem ainda estatística oficiais, mas pode dizer-se que houve uma quebra em Outubro (consequência directa do 28 de Setembro) logo recuperada nos meses seguintes.

A REFORMA AGRÁRIA É URGENTE

1975 pode ser uma ano de fome não só para a população do campo mas também da cidade — afirmaram milhares de assalariados agrícolas e camponeses pobres reunidos, no dia 9 de Fevereiro, na cidade de Évora.

Efectivamente, para além de todos aqueles problemas em que se debatia a Agricultura Portuguesa durante o fascismo, há ainda a acrescentar, este ano, a actividade de sabotagem desencadeada, em larga escala, pelos grandes agrários alentejanos. A quem pensa que isto é uma criação fantástica de mentes delirantes e mal intencionadas, convidamos a abandonar, durante algumas horas, as cómodas almofadas dos gabinetes lisboetas, para ouvir da boca daqueles que trabalham e conhecem

bem os campos portugueses, as mil formas que toma aquela sabotagem. Ouviria certamente dizer a milhares de assalariados agrícolas e camponeses pobres, que os grandes agrários se recusam a fazer os trabalhos agrícolas nas datas próprias, que destroem ostensivamente a produção agrícola e pecuária, que apenas deitam à terra "um pó de adubo para depois poderem dizer que ela não dá nada, que semeiam sementes que sabem que a terra não pode produzir, que se recusam a arrendar as terras que nos anos anteriores alugavam, que mandam mesmo arrancar centenas de árvores de fruto, que deixam incultos milhares de hectares, etc., etc. Os exemplos são tão numerosos e frequentes, que com certeza ficaria espantado com toda esta actividade que visa claramente provocar o caos económico e a fome.

As perguntas que se põem imediatamente são as seguintes: — Quais são as causas de estagnação da Agricultura, Silvicultura e Pesca em Portugal? Por que razão é possível aos grandes agrários levarem a cabo, de uma forma impune, a sua



DIZ-SE DIZ-SE DIZ-SE DIZ-SE

EM PORTUGAL

acção de sabotagem económica? Quais são as medidas mais adequadas para resolver aquela situação e enfrentar esta acção? (...)

A estrutura agrária portuguesa caracteriza-se pela existência, por um lado, de muitas pequeníssimas propriedades localizadas principalmente na Região Norte, e, por outro lado, de um reduzidíssimo número de muito grandes explorações, situadas principalmente na região alentejana, e que ocupam uma importante parte da área nacional.

Tal tipo de estrutura agrária profundamente distorcida, revela-se um importantíssimo obstáculo ao rápido desenvolvimento da Agricultura Nacional. Por exemplo, a existência de extensíssimas explorações nas mãos de um reduzidíssimo número de indivíduos tem permitido por um lado, manter uma importante parte do solo arável nacional inculto, e, por outro lado, levar a cabo uma importante acção de sabotagem económica e social, por parte dos seus proprietários.

Paralelamente a existência de dois verdadeiros tipos de estrutura agrária — o minifúndio ao Norte e o latifúndio ao Sul — exige que as soluções adoptadas em cada uma das regiões sejam diferentes.

Assim ao Sul, e perante a acção de sabotagem nítida dos grandes agrários, a única solução correcta é a expropriação dos bens dos sabotadores, requisição das terras incultas pelo Estado, criação estatais ou de cooperativas de produção de assalariados agrícolas ou de camponeses pobres nas terras assim obtidas.

No Norte, região onde domina a pequena propriedade, apolítica do Estado tem de ser completamente diferente. Nada de expropriação e nada de arrendamentos compulsivos. Há sim é que ajudar os pequenos e médios agricultores a vencerem as dificuldades actuais, que são muito grandes, através de uma forte ajuda financeira e técnica do Estado, nomeadamente no escoamento da sua produção a preços compensadores.

QUESTÕES SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E DOS SEGUROS

E urgente inventariar as responsabilidades dos antigos senhores da banca. E julgá-los revolucionariamente. Para já, não permitir que saiam do País. Vejamos alguns exemplos, superficiais de actuações dos Bancos Espírito Santo e Pinto e Sotto Mayor, este do grupo Champallimaud. Em 73, com um capital próprio de apenas 1,9 milhões de contos, o primeiro administrou depósitos da ordem dos 38 milhões. O outro tinha um capital próprio de 2,2 milhões de contos, cuja maioria das acções estava nas mãos de António Champallimaud, somando 37 milhões de contos em depósitos. Como terá sido utilizado este dinheiro?

A poupança popular servia, então, para fortalecer masi ainda a riqueza de uma vintena de famílias que dominava o sistema bancário. Assim,

e porque os donos dos bancos eram também donos de outras grandes empresas, aplicavam eles o dinheiro alheio nos seus próprios negócios. Champallimaud, por exemplo, investiu, em 73, 40 mil contos em acções da Companhia de Cimentos de Angola, 32 mil na de Moçambique, 841 mil nos Cimentos de do Tejo, 139 mil na de Leiria, 72 mil nos seguros Confiança e 764 mil na Siderurgia Nacional — todas estas empresas de sua propriedade. Aplicou portanto, só naquele ano mais de 1,8 milhões de contos em seu benefício próprio, quantia esta superior à que tinha no Banco Pinto e Sotto Mayor.

E quanto à carteira comercial? A quem terá este banco emprestado dinheiro? Em 73, esta carteira somava 24 milhões de contos. É necessário que, agora, saibamos o destino que foi dado a este dinheiro. Por outro lado, que também fiquem esclarecidas as suas actividades especulativas na Bolsa de Valores, quer através de novas emissões de acções, em cujo processo alguns banqueiros chegavam a obter lucros da ordem dos 900 mil contos, quer através do aumento artificial das acções das empresas.



Os homens do Espírito Santo eram fortes ganhadores nos negócios da bolsa. Também nos subterrâneos das cambiais com as colónias. Penetravam a fundo no sector dos seguros, onde contavam com importantes ligações internacionais. Rockefeller, por exemplo.

E porque não um "livro negro" sobre a actividade da banca em Portugal, a partir da documentação que agora se irá reunir, nomeadamente depois do 25 de Abril, envolvendo sabotagens, exportação de divisas e o financiamento a grupos contra-revolucionários?

Paralelamente, não se pode admitir que o Estado venha a fazer qualquer tipo de indemnização aos grandes banqueiros. Quanto aos pequenos accionistas é outra coisa. Comprovar os crimes da alta finança contra a economia nacional é fácil. E restituir ao povo o que lhe foi roubado, através da expropriação dos bens acumulados pelos financeiros, é apenas um acto de justiça revolucionária.

Impunes certamente não poderão ficar os que — como os do Espírito Santo — exportaram, disse-me um gerente de Banco — "através de um mecanismo complexo, milhares de contos para o estrangeiro". Ou os que, como os do Sotto Mayor, estavam a ultimar uma operação em Paris tendo em vista sabotar o envio das remessas dos emigrantes para Portugal.

PORTUGAL RUMO AO SOCIALISMO

A institucionalização do M.F.A. e a criação, em moldes revolucionários e democráticos, do Conselho de Revolução e de uma nova Assembleia de Delegados constituem um passo histórico no desenvolvimento da revolução socialista no nosso país. A partir do 11 de Março, as contradições existentes no seio do M.F.A. e do país político puderam

começar a ser resolvidas, através do salto qualitativo que a alta-traição dos contra-revolucionários veio permitir à revolução.

Num período de transição de alguns anos — no espaço de tempo a que se poderia chamar de primeira fase da transição para o socialismo — a revolução passa a ter uma direcção política clara e firme: O M.F.A., através dos seus órgãos institucionalizados nomeadamente o Conselho Superior da Revolução. No decorrer desse período de transição três tarefas fundamentais se colocam: iniciar de forma decidida a construção de uma economia de cunho socialista, colocando o sector económico no controle directo do sector político: reforço da aliança povo — M.F.A., através da criação de estruturas de participação popular a todos os níveis e da transformação das Forças Armadas num instrumento ao serviço do Povo; afirmação do M.F.A. como força política autónoma ao serviço da revolução e aglutinadora dos agrupamentos políticos de cariz genuinamente democráticos.

A primeira importante medida tomada pelo Conselho de Revolução — a nacionalização da banca e dos seguros — tendente, como se referiu, a eliminar uma contradição maior no seio do novo regime, constituirá a base da construção de um novo tipo de economia. Tal medida, a que outras se seguirão oportunamente — reforma agrária, nacionalização de indústrias básicas, socialização das grandes linhas do comércio externo — permite, além do mais, a racionalização social da política de crédito posta finalmente ao serviço do desenvolvimento do país em função dos reais interesses da população trabalhadora dos campos e das cidades. Por outro lado, como fazia notar recentemente um perito económico, "com a nacionalização da banca, criaram-se agora condições mais propícias para o estabelecimento de um verdadeiro sistema de crédito supervisionado, que é um elemento indispensável à reconstrução da agricultura nacional e ao sucesso da reforma agrária que contempla" — o que entre outras medidas, poderá vir a ter reper-

cursões positivas no problema do desemprego.

Parece entretanto, ser de notar quanto o socialismo, conforme o espírito do Programa do M.F.A., não significa, por via das nacionalizações, a substituição de uma economia capitalista de tipo monopolista por um capitalismo de estado. O projecto socialista português pressupõe a criação de uma sociedade largamente democrática e participada, em que o alargamento da área da propriedade social correspondente a um meio — e não um fim — de edificação da democracia socialista. Donde a necessidade de erguer, a todos os níveis, estruturas de participação popular que possibilitem o reforço da aliança povo-M.F.A. e coloquem cada vez mais as massas populares na vanguarda do processo revolucionário, papel que historicamente lhes pertence e que uma revolução genuinamente socialista não pode negar na prática, sob pena de se reduzir a um simulacro de revolução.

A via portuguesa para o socialismo entende assim: um sistema pluripartidário que conduza inequivocamente ao socialismo; uma política de independência nacional em cooperação com todos os povos do mundo, em especial com os de língua portuguesa e do terceiro mundo; a recusa de qualquer tipo de regime autocrático, nomeadamente a determinação de não enveredar por qualquer forma de ditadura militar; o desenvolvimento da revolução cultural, com base na aliança Povo-M.F.A., que reforme os quadros mentais e estimule a formação de uma consciência nacional de vontade socialista; a criação de estruturas de participação popular a todos os ní-

veis; a manutenção do M.F.A. como motor e garante do processo revolucionário até que estejam reunidas condições que garantam a sua irreversibilidade; e uma prática revolucionária do Conselho de Revolução e do Governo Provisório que mobilize o povo para os objectivos da revolução.

AUMENTA O DESEMPREGO

Num estudo efectuado pela OIT que abrange todos os países do mundo à excepção da China e da URSS, conclui-se que o desemprego se agravou, bruscamente, no mundo industrializado no ano passado, mas os salários aumentaram em quase todo o lado.

Em contrapartida o desemprego regrediu em 15 países pobres, na sua maior parte, na Finlândia, Nova Zelândia e África do Sul.

O aumento mais forte alcançado pelo desemprego coube à Dinamarca quadruplicou. Na Alemanha Federal, Austrália e Chile mais que duplicou.

Este ano, mais de 5% da população activa procura emprego na Bélgica, Canadá, Chile, Chipre, Dinamarca, EUA, Irlanda, Porto Rico e Jugoslávia.

Em metade dos outros países não comunistas há 3% de desempregados.

A OIT lembra neste estudo, que a juntar a este desemprego, há o parcial: as reduções de horários afectam milhões de pessoas nos EUA, 700 mil na Alemanha Federal, 500 mil em França e 300 mil na Itália.

O desemprego afecta, sobretudo, a camada mais jovem da população: metade dos desempregados canadianos têm menos de 24 anos e os americanos de 16 a 19 anos de idade sofrem três vezes mais com o desemprego que as pessoas mais velhas.

Este desemprego fez abrandar o êxodo rural de forma ligeira, mas também, por vezes, brutal: 220 mil japoneses deixaram, no ano passado, o campo, ao passo que esse número, em 1973, foi superior a um milhão.

O mesmo estudo da OIT conclui que o aumento do preço do petróleo terá contribuído para o aumento do desemprego.

PELO ESTRANGEIRO

Quanto aos salários, os nominais aumentaram em todos os países.

Eles variam entre 2% na Checoslováquia e 38% na Coreia.

Apesar do aumento dos preços, os aumentos salariais traduziram-se por melhoria do nível de vida em 2/3 dos países. O recorde é dos australianos, que melhoraram os seus salários reais de 16%.

Mas, num terço dos países, houve decréscimo nos salários: fraco na Suíça (0,5%), forte em Porto Rico (10%), (4,7%), México e Grécia (4%).

Por fim a OIT diz que os salários médios das mulheres aumentaram mais do que os dos homens em quase todos os países.



AUSTRÁLIA

1.ª SESSÃO DE ESCLARECIMENTO

Com grande sucesso, realizou-se em Melbourne, organizada pelo Grupo Democrático de Victoria, a primeira sessão de esclarecimento sobre o Portugal Novo.

Depois da projecção do filme «Portugal: o Nascer da Liberdade», seguiu-se uma apresentação política com debate, conduzido pelos camaradas Álvaro Martins, Herman Gonçalves e Viriato Pires, este em representação do Grupo Democrático de Sydney.

Apesar de algumas perguntas dos saudosistas do fascismo, a comunidade Portuguesa de Melbourne, certamente depois da projecção do emocionante documentário e de ter ouvido as palavras dos camaradas A. Martins, que participou nas gloriosas barricadas do 28 de Setembro e de V. Pires que recentemente visitou Portugal e puderam esclarecer com suficiente autoridade os últimos de-

envolvimentos políticos na nossa Pátria, está melhor esclarecida sobre os objectivos da Revolução Lusitana, conduzida pelo MFA.

Nesta sessão uma vez mais ficou expressa a vontade dos portugueses emigrantes de continuarem unidos com os seus conterrâneos na construção de um Portugal democrático e livre.

Presente também um convidado espanhol, secretário das Comissões Operárias de Melbourne, que falou da sua emoção ao ver a imagem de centenas de milhares de pessoas, gritar a sua alegria da nova liberdade conquistada. Também informa o G.D.P. do desejo de mostrarem o filme à comunidade Hispânica.

Agora é de esperar que também Sydney possa ter a sua sessão de esclarecimento para não ficar atrás de Melbourne.

Mas o resultado positivo destas discussões é a vontade de aprender e o respeito pelas diversas ideologias, demonstrado por um número crescente de compatriotas.

Em suma, nós temos que mostrar-nos dignos da palavra de ordem para todos os portugueses ausentes: Um Povo Unido Dentro e Fora do País.

J. Guilherme

A Voz Lusa, 12 de Março

ESPAÑHA

ESTUDANTES
SAÚDAM
PORTUGAL

MADRID, 14 (F.P.) — Em vários edifícios da Universidade de Madrid foram hoje colocadas bandeiras portuguesas, para celebrar o malogro do golpe de estado de terça-feira, em Lisboa e manifestar a solidariedade dos estudantes espanhóis com o Movimento das Forças Armadas.

Cartazes favoráveis à vitória do M.F.A. foram igualmente afixados, nas Faculdades de Filosofia, de Direito e de Letras, bem como na Escola de Arquitectura.

Os polícias que se encontram em missão de patrulha no recinto universitário, desde os tumultos que se seguiram ao encerramento da Universidade de Valladolid, retiraram imediatamente as bandeiras e os cartazes.

Diário de Notícias, 15 de Março

MANIFES-
TAÇÃO
PRÓ-
-PORTUGAL
EM
BARCELONA

BARCELONA, 22 (F.P.) — O jornal catalão «Mundo Diário» informa que ontem à noite houve uma manifestação favorável à nova tendência do regime português, que reuniu uma centena de pessoas diante do edifício onde se encontra o consulado de Portugal, na Ronda de S. Pedro, em Barcelona. Um dos manifestantes, munido de um megafone, pronunciou frases alusivas ao regime português e à situação política em Portugal, assim como ao ex-general Spínola. Foram pintadas frases no solo.

A manifestação durou cinco minutos e não houve incidentes de qualquer espécie.

1 Capital, 23 de Março

FRANÇA

A C.G.D.
EM PARIS

A Caixa Geral de Depósitos conta, desde anteontem, com uma filial em Paris.

No âmbito desta inauguração, o embaixador de Portugal naquela capital, dr. Coimbra Martins, e o chefe do serviço de relações públicas da C.G.D., dr. Henrique de Queirós Nazareth, ofereceram ontem, dia 25, na Embaixada, um almoço em honra dos representantes dos principais estabelecimentos de crédito franceses, entre os quais os srs. Louis Tissot, secretário-geral da Caisse Général des Dépôts et Consignations, Pierre Tesseise, presidente da Chambre Commerciale Franco-Portugaise, M. Finot, director do Banque Nationale de Paris, e Jean Delassieu, director do Crédit Lyonnais. Presentes também, em virtude das funções que exercem junto da emigração portuguesa em França, e do seu conhecimento dos problemas económicos, o dr. Gaspar da Silva, cônsul-geral de Portugal em Paris, e o capitão Cabo Verde, representante do M.F.A.

A delegação da C.G.D. fica situada no n.º 80 da Avenida Marceau (Mº Etoile).

Diário de Notícias, 26 de Março

SINDICATOS
DENUNCIAM
A POLÍTICA
DE EMIGRAÇÃO

Apesar da decisão do governo de suspender a emigração, contratos de duração mínima de dois meses foram acordados «sob pressão das organizações patronais», nomeadamente para as vindimas no Midi. Mas, segundo a C.G.T. e a C.F.D.T., ao fim de três semanas ou dum mês, muitos destes trabalhadores são despedidos pelos empregadores e perdem, de facto, o direito ao trabalho e à estadia. Os dois sindicatos denunciavam este escândalo dos contratos de «temporários», tanto mais que

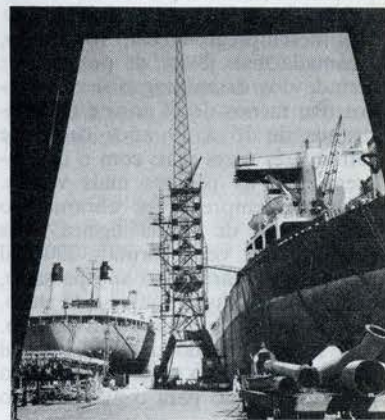
eles têm sido «alargados» da agricultura à construção civil, por exemplo.

«Enquanto que trabalhadores regularmente introduzidos são postos arbitrariamente na rua, continuam-se a admitir novos trabalhadores. Foi assim que em 2 de Janeiro, cinquenta marroquinos chegaram a Montpellier para colher flores!»

Com base em números, os dois sindicatos tendem a demonstrar que o financiamento da acção social para os imigrados é feito a partir de fundos que normalmente lhes deveriam ser atribuídos sob a forma de prestações familiares directas.

Estas prestações são um salário diferido, estimam os sindicatos, mas, para os trabalhadores cujas famílias permanecem no país de origem, eles não são atingidos senão numa quota parte do nível dos abonos deste país. Segundo a C.G.T. e a C.F.D.T., em 1973 as famílias dos imigrados deveriam receber 983 milhões de francos de prestações familiares às taxas francesas; no entanto eles apenas receberam 277 milhões e 116 foram dados ao fundo de acção social.

Os dois sindicatos põem em causa toda a política de acção social do governo e protestam contra a atitude do Secretariado de Estado de Emigração, que «entende eliminar sistematicamente as organizações sindicais, os organismos de acolhimento ou de ajuda aos imigrados de carácter popular, para reservar o monopólio da intervenção, em todos os domínios, às organizações privadas para-governamentais, ou exercendo pressões inadmissíveis sobre as que não repartem as concepções do poder».



ESTRANGEIRO

ALEMANHA

OS «NÃO-SANEADOS»
MOTIVARAM
INCIDENTES

COLÓNIA, 30 (Especial para o «D.N.» por José Manuel Nunes) — Elementos antifascistas, recusando-se a tomar parte num encontro organizado na Embaixada de Portugal em Bona, por ali se encontrarem indivíduos comprometidos com o antigo regime português, provocaram o fracasso da iniciativa.

A reunião estiveram presentes o embaixador de Portugal, Ernani Lopes, os seus colaboradores mais próximos, cónsules de carreira, dois oficiais do Movimento das Forças Armadas, o capitão Loureiro e o primeiro-tenente Rodrigues da Costa, além de portugueses representantes de grupos políticos.

Apesar de o saneamento ter sido repetidamente exigido — observa o nosso correspondente — tudo ou quase tudo continua na mesma. Por isso, nessa reunião, o grupo de antifascistas encontrou-se sentado em frente daqueles que quer sanear; entre ambos, tomavam lugar elementos do M.F.A.

A reunião, sem ordem de trabalhos prévia, daria o primeiro passo para a colaboração entre emigrantes e Governo. Fracassou, no entanto, logo aos primeiros minutos, quando os portugueses, representantes de grupos políticos, contestaram certas presenças na mesa de trabalho — de pessoas comprometidas com o regime fascista — cuja retirada foi exigida como condição do prosseguimento do encontro.

Em comunicado conjunto, distribuído pouco depois, salientou-se que «a atitude comprometida e silenciosa da maior parte dos diplomatas presentes deu a sensação de que quase todos temiam ter de se retirar».

Após repetidos apelos do embaixador Ernani Lopes e de um oficial do M.F.A., no sentido de que os portugueses antifascistas presentes re-

considerassem a sua tomada de posição, estes decidiram abandonar a sala.

Entretanto, foi enviado para Lisboa um documento subscrito pelos dissidentes, onde estes enumeram as suas razões. *Diário de Notícias*, 31 de Março

INGLATERRA

SITUAÇÃO DO
EMPREGO

Os dados respeitantes ao desemprego neste país conhecidos até 11 de Novembro de 1974 indicam que a força de trabalho ocupada se manteve sensivelmente igual aos números registados nos últimos meses.

Segundo as estatísticas, os trabalhadores desempregados eram, naquela data, 621 690 (contra 612 562 registados em 14 de Outubro de 1974).

Desse número, 516 487 eram homens e 105 203 mulheres.

Em números absolutos, tendo em conta os trabalhadores temporários, mas excluindo os jovens que houvessem acabado os seus cursos bem como os estudantes adultos, o número dos desempregados teria aumentado apenas de 800 trabalhadores em relação ao mês anterior.

Os postos de trabalho para adultos eram (segundo o Departamento do Emprego), em 6 de Novembro, 270 865, o que significa uma diminuição de 27 937 unidades em relação a 9 de Outubro.

CANADÁ

NOVAS
RESTRICÇÕES
À EMIGRAÇÃO

Novas medidas destinadas a limitar a corrente emigratória para o Canadá, foram resolvidas pelo Governo e anunciadas à Câmara dos Comuns pelo Ministro da Mão-de-Obra e da Emigração.

Como se previa, as novas medidas de regulamentação, cuja entrada em vigor é imediata, consistem essencialmente na aplicação mais rigorosa do sistema introduzido em Fevereiro do último ano que estabeleceu uma ligação estreita entre a carta de chamada e a disponibilidade de emprego.

Concretamente, as novas disposições — que não se aplicam às cartas de chamada de parentes chegados — prevêem que as categorias de emigrantes «independentes», e «nominated relatives» (familiares que não estejam a cargo) perderão 10 pontos (como se sabe, o máximo dos pontos é 100) do total que lhes fora atribuído individualmente, com base nos critérios de selecção actualmente em vigor, desde que não provem que dispõem de um emprego no Canadá. Por outro lado, o requisito da disponibilidade de emprego só é reconhecido se não estiverem disponíveis, para o trabalho previsto, trabalhadores canadianos ou com residência permanente no Canadá.



PELO

ESTRANGEIRO

Ao anunciar a entrada em vigor das novas disposições — que se aplicarão aos refugiados — o Ministro da Emigração insistiu em salientar que:

— Serão aplicadas sem discriminação (salvo um tratamento indeterminado de encorajamento e de favor para o elemento de língua francesa);

— não se destinam a reduzir, mas a moderar a taxa de crescimento da emigração;

— não anulam os três princípios fundamentais da actual política da emigração canadiana (isto é, 1.º universalidade e carácter não discriminatório da aplicação dos critérios de selecção; 2.º preferência para a reunião das famílias; 3.º consideração das necessidades do mercado de emprego canadiano).

Ao explicar os motivos que levaram o Governo federal a examinar as novas medidas restritivas, aquele ministro insistiu em recordar o contributo essencial dado pela emigração à história do Canadá e ao desenvolvimento da sua economia. Acentuou que as próprias medidas se tinham tornado inevitáveis em relação ao recente e muito forte aumento da corrente emigratória, num momento em que os níveis de emprego tendem a diminuir, a crise da habitação é evidente, e as estruturas sociais, sobretudo nas 3 principais áreas de emigração, mostram sinais de grave tensão.

As primeiras reacções dos órgãos de informação e dos meios autorizados são positivas no todo. No entanto, alguns porta-vozes dos partidos da oposição sublinharam que as novas limitações à emigração são a demonstração prática da falência da política governamental do emprego, e, por outro lado, conciliam-se mal com a publicidade ainda hoje feita no estrangeiro sobre as possibilidades de emprego no Canadá.

Também se formulam críticas a propósito da eficácia das novas medidas: acentua-se em particular que não está previsto qualquer mecanismo para verificar se o emigrante, uma vez entrado no Canadá, vai efectivamente ocupar o posto de trabalho designado.

COMO NOS

VELHOS TEMPOS

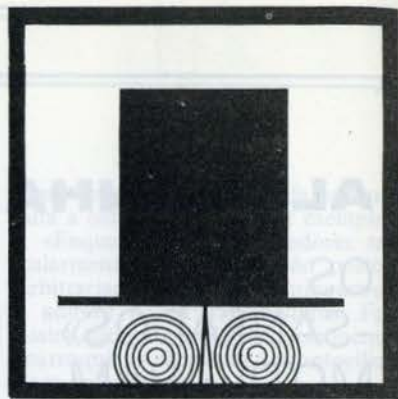
Poupemos as palavras. Para quê, se os factos falam por si? Os acontecimentos desta semana em Portugal significam a vitória irreversível dum regime fascista-vermelho que irrisória e miseranda minoria de oficiais das Forças Armadas vinha implantando sob o mando dum grupo político apátrida e por sua ideologia antiportuguesa, como é o Partido Comunista.

O futuro do país está traçado. Os expurgos, as violências que vinham em aumento são agora expressão da vida quotidiana. Novas prisões são criadas para albergar os presos políticos que nunca foram tão numerosos. Não subsiste qualquer forma de liberdade. O aviltamento em crescendo que se verificava é agora norma de comportamento imposta pela ditadura vencedora. As carências que progrediam transformar-se-ão em miséria a avizinhar-se da fome. E em breve — muito breve, com rapidez fulminante! — Portugal será de jure o que já é quase de facto, pobre e apagada república socialista soviética.

E isto tudo aconteceu, paradoxalmente, no momento em que a infima minoria autocrática do MFA e a repudiada facção moscovita evidenciavam fraqueza, pois em confronto com a oposição quase tímida aos seus desígnios perdiam publicamente o terreno que nunca haviam obtido junto do Povo ludibriado. Aconteceu porque um general considerado hábil estratega, bom cabo de guerra e político hábil se viu implicado numa subelevação que os seus adversários organizaram.

Se os vencedores merecem o nosso desprezo, os derrotados não são dignos da nossa compaixão. São coautores do crime nefando de destruírem uma Pátria.

O Povo, que não ordenou, não chegará a ordenar. A sua vontade não influenciará os destinos do país que deixa de ser o seu. É o fim. Consumatum est.



Esta é a visão do jornal «Mundo Português», que se publica no Brasil. Apaixonada como sempre, ela descobre as suas verdadeiras intenções ao empregar todo este entusiasmo para condenar a política portuguesa depois do 25 de Abril.

A pergunta que levantamos ao «Mundo Português» e a toda a imprensa que, de repente, se lembrou de Portugal, é sempre a mesma: *porque estiveram calados durante tantos anos, quando muitos de nós andávamos por prisões e exílios, quando o povo inteiro vivia amordaçado a trabalhar para patrões exploradores, sem poder sequer falar das condições a que estava sujeito?* Porque não fala o «Mundo Português» das prisões e torturas no Brasil, dos camponeses do Nordeste ou das favelas do Rio de Janeiro? Será que a violência deixa de ser violência quando é praticada pelos ricos contra os pobres?

Outra pergunta ainda: não repara este e outros jornais que o 11 de Março veio demonstrar exactamente o contrário de que eles dizem? Não será em virtude duma excessiva tolerância para com os fascistas que eles continuam ainda a poder organizar-se e a atentar criminosamente contra a liberdade do povo português? Então para quê inventar este reportório ridículo de prisões, de fomes e de violências?

Mais uma vez, aqui desmascaramos publicamente estes falsos profetas: o que eles escrevem todos os dias sobre Portugal significa um apelo a todos os antigos privilegiados para se organizarem contra o povo, a todos os fascistas para pegarem em armas, tal como fizeram no 11 de Março! A todos esses, a resposta do povo foi bem clara, de cada vez que eles ameaçaram a democracia. Quem duvida ainda dessa resposta, senão os fascistas e os seus aliados?

MARÇO

4

PARTICIPAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO POVO

“As populações devem organizar-se de modo a intervirem na vida municipal. Uma vez que as câmaras vão dispor de verdadeiros orçamentos, são as populações que devem indicar as obras prioritárias, não se esperando que o Governo (o qual terá uma acção fundamentalmente coordenadora), resolva em Lisboa todos os problemas de todos os concelhos do País”, destacou ontem, em Matosinhos, o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, eng.º Ferreira Lima, no final de uma prolongada sessão de trabalho realizada na câmara local.

O eng. Ferreira Lima, antes do início da sessão, e acompanhado pelos membros da comissão administrativa, visitara, sucessivamente, a ponte de Santa Cruz de Esposade, as obras de prolongamento da pista do aeroporto de Pedras Rubras e o local de instalação de uma estação de tratamento de esgotos. Também as obras das docas para contentores, no porto de Leixões, a

refinaria da Sacor e praias de Matosinhos.

PAPEL ACTIVO DAS COMISSÕES DE MORADORES

Sem perguntas ou respostas preparadas, muitos foram os elementos da população ou das comissões de moradores que levantaram questões ao secretário dos Transportes, focando, nomeadamente, os transportes públicos, a política urbana e os problemas da poluição, que atingem no concelho um dos índices mais elevados do País.

A propósito de estradas, informou o eng.º Ferreira Lima que as rodovias vão passar para a alçada municipal, deixando de estar sob a influência da A. P. D. L., como até agora ali acontecia. Essa questão levaria a uma intervenção do governador civil do Porto, dr. Mário Cal Brandão, sobre novas directrizes oficiais de política tributária.

O Estado vai dar aos municípios toda a contribuição predial, assim como a sisa e outros impostos. Quanto ao imposto que mais acompanha a inflação, que é o da transacção, vai ser repartido entre o Estado e os municípios” — declarou o chefe do distrito. E acrescentou:

— Por outro lado, o Estado vai tirar aos orçamentos municipais vários encargos que muito o sobrecarregavam, os quais passam para os ministérios. Por exemplo, as despesas dos tribunais passam para o Ministério da Justiça, as das escolas para o M. E. C., à excepção de pequenas obras.

8

GRAVES INCIDENTES EM SETÚBAL

Cerca de 50 agentes da PSP continuavam esta manhã “entrincheirados” na esquadra da Avenida Luísa Tody, em Setúbal, sob a protecção de soldados da Escola Prática de Infantaria e a ameaça de algumas centenas de populares, que procuravam tirar desforra dos incidentes registados na noite de ontem, no final de um comício do PPD, nas instalações do Clube Naval. Um morto, ainda por identificar, e 14 feridos é o balanço dos actos de violência. Entre os feridos contam-se o capitão de Artilharia João António Carvalho Almas Imperial e o agente da PSP Manuel da Silva Guerreiro. Tudo leva a crer que um ou outro dos populares enfrentou a polícia de arma na mão. Mas as marcas das balas nos edifícios fronteiros à esquadra revelam, inequivocamente, que a PSP atirou a matar.

Segundo vários depoimentos que conseguimos recolher esta manhã no teatro dos acontecimentos, os incidentes começaram a esboçar-se no interior do Clube Naval, onde começava o comício, quando um simpatizante do PPD, colocado junto da tribuna, procurou fotografar a assistência e foi travado com a argumentação de um contramanifestante.

ESTE MÊS ACONTECEU

A confusão generalizou-se e grupos de contramanifestantes queimaram uma bandeira do PPD e rasgaram alguns cartazes de propaganda. Foi então que apareceu a PSP. Os ânimos começaram a ferver e ouviram-se gritos de "Fora o PPD" e "Fora a reação".

O confronto de agentes da PSP e populares transferiu-se para a rua, onde já era difícil distinguir os simpatizantes e militantes do PPD e os contramanifestantes. Uma série de agressões foi precedida pelo emprego de gases lacrimogéneos.

Entretanto, os agentes da PSP retiraram para a esquadra, ficando alguns no exterior. Na janela superior do edifício foi instalada uma metralhadora. Com as primeiras rajadas tombou um jovem, atingido na testa. Algumas outras pessoas foram baleadas nas pernas e coxas.

— O rapaz caiu ao meu lado. Tentei segurá-lo mas fui agredido na boca. Vinhamos a sair do Salão de Recreio do Povo. Um chefe da PSP dizia que o povo estava com fome e precisava de gás lacrimogéneo — declarou ao nosso jornal Aniceto de Oliveira Brandão.

POPULARES CONTRA PSP

O guarda da PSP Manuel da Silva Guerreiro, de 30 anos, atingido a tiro no abdómen, não soube explicar a sequência dos acontecimentos. Recordava-se apenas que estava ao lado da esquadra, voltado para a praça. A seu lado, numa enfermaria do hospital de Setúbal, fomos encontrar Júlio Manuel Lajes Cacoete, de 16 anos, baleado na perna esquerda, que disse:

— Vinha a sair do cinema. Foi então que ouvi os tiros que vinham do lado da estrada.

A cidade de Setúbal tinha, esta manhã, um ambiente bélico. Soldados de capacete e armados de espingarda-metralhadora dirigiam o trânsito nos pontos fulcrais, procurando evitar uma maior aglomeração junto da esquadra. Nas ruas não se via um

único agente da PSP. Dezenas de depoimentos recolhidos em Setúbal permitem concluir, embora com reservas, que os incidentes de carácter partidário foram rapidamente transformados numa manifestação de massas. Ainda sob forte carga emotiva, os populares exteriorizavam a sua revolta contra o comportamento da PSP.

O jovem ferido na cabeça veio a falecer esta manhã no Hospital de S. José, em Lisboa, para onde foi transferido de madrugada. A hora do fecho desta edição desconhecia-se a sua identidade.

A Capital, 8 de Março

14

MILHARES DE MANIFESTANTES NO FUNERAL DO SOLDADO LUÍS

Pára-quedaistas que no dia 11 de Março largaram as armas e caminharam ao encontro dos seus camaradas do RAL para os abraçarem, transportaram esta manhã aos ombros a urna contendo os restos mortais do soldado Joaquim Carvalho Luís, vítima do ataque aéreo àquele quartel e que vai hoje a enterrar, em Amarante, sua terra natal. Ao som da marcha fúnebre de Chopin, sob uma chuva miudinha e por entre centenas de coroas de flores que pejavam o solo, seis "boinas verdes" atravessaram os escassos metros que separavam o átrio do comando

(onde se instalou a câmara-ardente) da viatura militar, onde depositaram o corpo do camarada. Poucos minutos depois soldados do Exército, operários em fato de trabalho da Lisnave, Siderurgia, Tap, Efaced e de muitas outras empresas que não foi possível registar, transportando bandeiras e dísticos exigindo o castigo severo dos conspiradores começaram a desfilar silenciosamente.

Mais alto, no mastro do quartel, a bandeira nacional a meia haste. Abria o cortejo um "Land-Rover" da Polícia Militar logo seguido da viatura que transporta os restos mortais do soldado Luís. Imediatamente depois, caminhando a pé, o general Carlos Fabião, chefe do Estado-Maior do Exército, o general Pinto Ferreira, comandante-geral, da GNR, e o comandante da unidade, coronel Leal de Almeida. A saída da porta de armas, um soldado do RAL 1, desmaiou. Na viatura da Polícia Militar seguiam os dois irmãos de Joaquim Luís. Um deles transportava uma pequena mala que continha tudo o que pertencia ao irmão mais novo de uma família de Amarante. Os pais, já idosos, não se deslocaram a Lisboa.

O brigadeiro Otelto Saraiva de Carvalho, que esteve esta manhã no RAL 1 envergando camuflado, tinha-se ausentado havia poucos minutos. Uma "Berliet" seguia a escolta do RAL 1, comandada pelo aspirante Cruz, comandante do pelotão a que pertencia o soldado Luís. Mais algumas "berliets" transportavam as centenas de coroas de flores.

O cortejo-manifestação desceu a avenida que liga a Moscavide, atravessou o bairro de Olivais Sul e dirigiu-se à portagem da auto-estrada.

Operários da Lisnave alugaram cinco autocarros para seguirem até Amarante. Iniciativas semelhantes tomaram outras empresas e organizações políticas.

O funeral deve chegar ao fim da tarde de hoje a Amarante.

As 9 da manhã foi celebrada missa pelo major-capelão chefe do Governo Militar de Lisboa, Eduardo Fernandes. Em representação da

ESTE MÊS ACONTECEU

18

chefia do Serviço Religioso dos capelães do Exército esteve presente o padre Gamboa. Durante a tarde e a noite de ontem milhares de pessoas prestaram a última homenagem ao soldado Luís e manifestaram-se junto do RAL 1 pelo esmagamento da reacção e avanço do processo revolucionário.

TRABALHO PARALISA DAS 10 AS 10 E 15

Numerosas organizações políticas e de trabalhadores convocaram os seus aderentes e simpatizantes para comparecerem esta manhã, junto do RAL 1, a fim de homenagear o soldado Joaquim de Carvalho Luís, vítima do bombardeamento ao RAL 1 no passado dia 11. Os Sindicatos dos Trabalhadores Electricistas do Sul e dos Trabalhadores dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuário do Sul apelaram para que todos aqueles que não pudessem estar presentes suspendessem o trabalho entre as 10 e 10 e 5.

"Demonstraremos assim — salienta o Sindicato dos Têxteis — que estamos firmemente dispostos a honrar a sua memória exigindo o exemplar castigo dos criminosos responsáveis e lutando até à vitória contra o capitalismo e o imperialismo, fontes de todos os males que sofrem os trabalhadores."

A Capital, 14 de Março

TOMA POSSE O CONSELHO DA REVOLUÇÃO

"Não olharemos às exigências do corpo fatigado, mas seremos subordinados à consciência de quem não quer impor a sua vontade e convicção ao País, mas pretende interpretar, servir e aceitar uma vontade colectiva livremente expressa", afirmou, ontem, o Presidente da República, durante a cerimónia de posse do Conselho da Revolução. E prosseguiu:

"Assim o País e as forças autenticamente democráticas nos aceitarão como o "motor da Revolução" que, por caminhos de sacrifício, conduzirá Portugal ao desenvolvimento e à justiça social."

A simbólica entrada em funções do Conselho da Revolução, órgão executivo do MFA criado na sequência dos acontecimentos do 11 de Março e ao qual, como base da

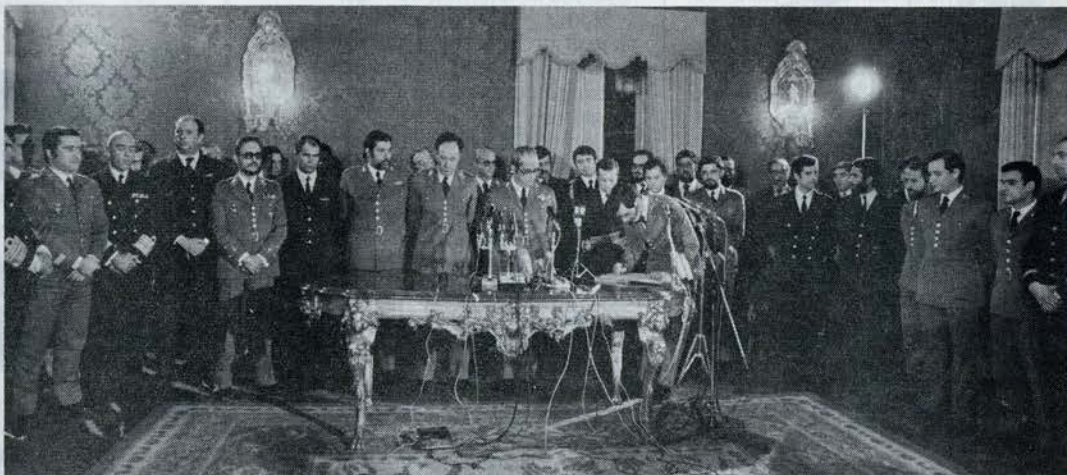
institucionalização do Movimento, compete a direcção da revolução, constituiu, sem dúvida, um dos momentos mais importantes do processo da democratização do País, iniciado em 25 de Abril.(...)

"TEM HAVIDO ÓRGÃOS DE DECISÃO EM EXCESSO" — AFIRMOU O GENERAL COSTA GOMES

Após a leitura, pelo secretário-geral da Presidência da República, dr. Pereira Coutinho do auto de posse e da sua assinatura pelos novos conselheiros, que prestaram compromisso de honra lendo a respectiva fórmula, o Presidente da República pronunciou o seguinte discurso: Consumidos já alguns dias e algumas noites de trabalho decisivo, aproveitaremos uma ligeira pausa para esta cerimónia simples, da posse do Conselho da Revolução.

Mais uma vez prestarei contras ao País, agota para explicitar as razões profundas que tornaram imediatamente indispensável a institucionalização do MFA, especialmente, no que respeita a este órgão cimeiro de que vão depender os destinos de Portugal.

Como é público, estes actos políticos estavam previstos mas, em relação a eles, os acontecimentos de 11 de Março foram o catalisador que veio acelerar um processo indispensável.



Um aspecto da tomada de posse dos membros do Conselho Superior da Revolução.

ESTE MÊS ACONTECEU

19

Tem havido órgãos de decisão em excesso e o Conselho da Revolução vem substituir três, designadamente:

- A Junta de Salvação Nacional;
- O Conselho de Estado;
- O Conselho dos Vinte.

Também a dinâmica de decisão dos órgãos centrais evidenciou um ritmo inferior às necessidades de um processo revolucionário; inclusivamente muitos diplomas legais surgiram dolorosamente ultrapassados.

Este Conselho da Revolução, em poucos dias, já demonstrou capacidade legislativa revolucionária e ninguém o acusará de limitado quanto a horário de trabalho ou quanto à coragem das suas decisões.

Temos ainda verificado que muitas pessoas não distinguem entre ser livre e ser libertário, confundindo democracia com a ausência de autoridade e de legalidade.

Sem intenção de se fixar em legalismos conservadores, o Conselho da Revolução irá impor-se pela sua determinação em fazer respeitar a autoridade democrática e pela coragem de coagir extremismos ao respeito pelo espírito do Programa do MFA.

Entre outras razões, citaremos ainda o facto de o povo português não estar suficientemente esclarecido politicamente para rejeitar partidos elitistas, ou pseudo-revolucionários.

É, pois, necessário um pólo de poder decidido e determinado a sanear, se necessário, um excessivo leque partidário.

Nós, Conselho da Revolução, sentimos o apelo destas razões profundas e serviremos o Povo sem esquecer a sua vontade autenticamente expressa.

Iremos criar uma Assembleia Geral do MFA que represente, em termos progressistas, o sentimento autêntico de todas as Forças Armadas, do general ao soldado.

Conduziremos umas eleições livres e delas obteremos uma Assembleia Constituinte, que será uma fonte de inspiração quanto à genuína vontade do Povo. (...)

Diário de Notícias, 18 de Março

MÉDICOS PARA A PROVÍNCIA

A Secretaria de Estado da Saúde abriu hoje concurso para a admissão de 1350 médicos e enfermeiros que voluntariamente se prestem a ir trabalhar para a província, contribuindo assim, como primeiro passo, para a instauração do Serviço Nacional de Saúde, a fim de atenuar o desequilíbrio existente na relação entre o número de profissionais da saúde e os da população a servir. Num total de 638 médicos, dos quais 456 se destinam aos hospitais distritais e 182 aos postos de subdelegados de saúde, e de 722 enfermeiros, sendo 331 com o curso geral e 391 auxiliares de enfermagem, o pessoal médico e paramédico que pode corresponder ao apelo da Secretaria de Estado trabalha quase todo em Lisboa, onde, como se sabe, se encontra cerca de 50 por cento dos médicos existentes no País.

Numa nota distribuída à Imprensa, a Secretaria de Estado da Saúde justifica a abertura do presente concurso em termos muito claros.

Começa aquela nota por afirmar que "entre os múltiplos aspectos negativos que caracterizam a nossa estrutura sanitária vigente conta-se a má distribuição através do território nacional dos trabalhadores da saúde, englobando nesta expressão o pessoal médico, paramédico, de enfermagem, técnicos, etc. Contribui para isso a natural atracção que os grandes centros urbanos exercem sobre os profissionais; o contínuo êxodo das zonas rurais para as cidades, com o

consequente aumento demográfico destas; as facilidades de recurso aos meios auxiliares de diagnóstico, que se traduzem em melhores condições técnicas de trabalho; a diversificação qualitativa e quantitativa dos especialistas; maiores possibilidades de aperfeiçoamento profissional e ânsia de maiores remunerações".

E acrescenta: "Criou-se, na verdade, um círculo vicioso difícil de romper. Começa-se por afirmar que os médicos na província não podem exercer convenientemente a sua profissão porque não existe ali uma infra-estrutura capaz para o exercício da medicina em moldes que hoje se consideram indispensáveis e razoáveis e, por outro lado, tais infra-estruturas não assumiram um lugar cimeiro nas preocupações das autoridades por falta de médicos que pressionassem o aparelho administrativo nesse sentido. Tudo, afinal, efeitos da falta de planeamento e do relegar a saúde para um plano não prioritário, que caracterizou o sistema exacerbadamente capitalista que foi o regime em boa hora derrubado em 25 de Abril. Dizer isto não constitui novidade, mas lembrá-lo é dever de quem tem por missão modificar, desde os mais profundos alicerces, toda a estrutura da saúde em Portugal.

A Capital, 19 de Março



ESTE MÊS ACONTECEU

20

NACIONALIZAÇÕES PERMITEM DETECTAR FRAUDES

Foi recuperado mais de um milhão de contos de operações financeiras fraudulentas dos capitalistas antigos banqueiros durante os primeiros três dias de efectivas funções das comissões de gestão nomeadas pelo Governo para administrar os bancos nacionalizados. Estas verbas deverão ser substancialmente aumentadas nos próximos dias pois outros processos estão a decorrer. Entretanto, prosseguindo a luta contra a sabotagem financeira, os bancários ocuparam ontem as instalações do Grémio dos Banqueiros e selaram os gabinetes no sentido de evitar quaisquer fugas ou destruições de documentação. O tema nacionalizações não se circunscreve apenas à banca e às empresas seguradoras sobre a situação das quais a direcção sindical deu ontem uma conferência de Imprensa. Os trabalhadores do Hospital da CUF tomaram a decisão de considerar aquele estabelecimento de saúde igualmente nacionalizado porque efectivamente era propriedade de companhias de seguros nacionalizadas. Mantêm-se em luta pela nacionalização os trabalhadores das Companhias Reunidas Gás e Electricidade para a qual o Conselho da Revolução nomeou na sua última reunião um novo administrador, o dr. Armando dos Santos Nogueira. Os trabalhadores

da EPAL impediram ontem a realização da assembleia geral de distribuição de águas na zona de Lisboa. Com esta luta têm estado activamente solidários os trabalhadores de "A Capital" colaborando nos piquetes de controlo do edifício de que é proprietário o referido fundo e onde está instalado o nosso jornal.

A Capital, 20 de Março

25

INTERVENÇÃO DO ESTADO NO GRUPO J. PIMENTA

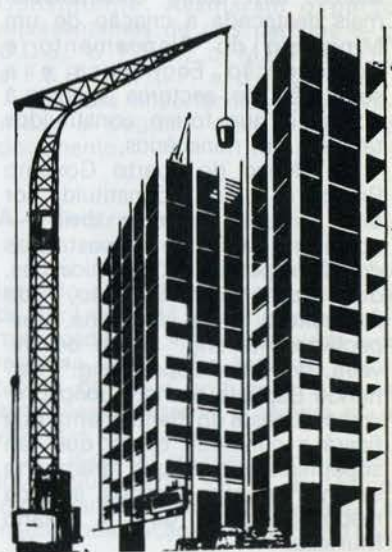
O Governo nomeou uma comissão administrativa para o grupo J. Pimenta, uma vez que se provou, através de um inquérito, a possibilidade de resolver compromissos correntes e a curto prazo e a existência de graves irregularidades na gestão da empresa, verificando-se, assim, a situação descrita no artigo 1.º do decreto-lei n.º 660/74.

Além de nomear esta comissão administrativa, para a qual foram designados o dr. Manuel Joaquim Rodrigues, o eng.º José Jaime Simões de Mendonça e o tenente-coronel Orlando José de Campos Marques Pinto, assistidos por dois elementos eleitos pelos trabalhadores, o Governo decidiu suspender os corpos sociais das empresas do grupo J. Pimenta e, simultaneamente, congelar todos os bens móveis e imóveis de João Pimenta, Julieta Pires Barquinha Pimenta, Carlos Manuel de Oliveira

e Silva, Maria Madalena de Jesus Oliveira, Luíz Pimenta, dr. Rui Alvaro de Castro Rosa, Mário Fernando Quaresma Martins Luciano Pires de Araújo, todos ligados àquele grupo económico.

Entretanto, e para não prejudicar os trabalhos da empresa, o Governo assegurará, de imediato, um crédito de 30 mil contos através da banca estatal, mediante o aval do ministro das Finanças, e a celebração dos contratos de obras públicas em cujo concurso a empresa ficou em posição de a obra lhe ser adjudicada.

Para não agravar a situação económica da empresa J. Pimenta, cujo administrador, João Pimenta, se encontra ausente no estrangeiro, o Governo decidiu também não proceder ao pagamento de remunerações aos técnicos superiores às pagas pelo Estado nos serviços públicos para iguais funções e categorias profissionais, reduzir aos mínimos estabelecidos nos contractos colectivos aplicáveis os salários e regalias do restante pessoal e suspender o pagamento de juros a quaisquer credores enquanto não for apresentado, no prazo de trinta dias, um relatório, elaborado pela comissão administrativa, que permita ao Governo definir o futuro da empresa.



26

TOMA POSSE O NOVO GOVERNO

No Palácio Nacional de Belém decorreu, ao princípio da tarde, a cerimónia da posse do novo gabinete ministerial escolhido pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, de acordo com os plenos poderes que lhe tinham sido conferidos pelo MFA, logo após o golpe de 11 de Março, como vista a tomar mais coeso e prático o elenco governamental que ficará à frente dos destinos de Portugal.

Portugal.
O novo Governo, que surge duas semanas depois da tentativa contra-revolucionária de 1 de Março, tem como característica mais destacada a criação de um Ministério do Planeamento e Coordenação Económica e a separação de sectores ligados à economia que foram constituídos também em ministérios.

No elenco do quarto Governo Provisório — que é constituído por oito militares e treze civis — aparecem quatro novos pastas, as dos Transportes e Comunicações, do Comércio Externo, da Agricultura e da Indústria, respectivamente eng.º Veiga de Oliveira, dr. Silva Lopes, eng.º Fernando Baptista e eng.º João Cravinho. A pasta do Planeamento que ficará a constituir como que um superministério, de que farão parte os anteriormente focados, será da responsabilidade do dr. Mário Murteira.

Outros ministros que ingressam no Governo Provisório são o dr. Pereira de Moura, que tal como agora já fizera parte do primeiro Governo Provisório sem pasta designada; o dr. José Fragoso, especialista em assuntos financeiros e que é o responsável pelas Finanças dr. Jorge Sá Borges, que terá a seu cargo os Assuntos Sociais; major António Metelo, que sobraçará a pasta da Administração Interna, e José Emilio da Silva, que durante alguns dias desempenhou o cargo de presidente do Conselho de Administração da RTP e que agora foi chamado a ocupar o difícil cargo de ministro da Educação e Cultura.

Três ministros mantêm-se no Governo, embora mudem de pasta. São eles o dr. Silva Lopes, que troca as Finanças pelo Comércio Externo; o major Melo Antunes, que passará a ter à sua responsabilidade os Negócios Estrangeiros, quando até agora era ministro sem pasta, e Mário Soares, que de titular dos Negócios Estrangeiros passa a ministro sem pasta.

Por outro lado são oito os ministros que mantêm os seus lugares: os drs. Álvaro Cunhal e Magalhães Mota que continuam como ministros sem pasta e os drs. Salgado Zenha, major Costa Martins, comandante Correia Jesuino, dr. Almeida Santos, eng.º José Augusto Fernandes e comandante Silvano Ribeiro, que prosseguem no desempenho dos cargos, respectivamente, de ministro da Justiça, do Trabalho, da Comunicação social, da Coordenação Interterritorial, do Equipamento Social e Ambiente e da Defesa.

Entretanto, deixam o Governo o major Vítor Alves, ex-ministro sem pasta e indicado para representante de Portugal nas Nações Unidas, os drs. Rui Vilar e Maria de Lurdes Pintassilgo que sobraçavam as pastas da Economia e dos Assuntos Sociais, o tenente-coronel Costa Brás que deixa a Administração Interna, e o tenente-coronel Rodrigues de Carvalho que desempenhava o cargo de ministro da Educação e Cultura.

O presidente da República, general Costa Gomes, confere posse aos novos elementos do Governo.



ESTE MÊS ACONTECEU

No que se refere à constituição sectorial, além dos oito ministros militares (primeiro-ministro e ministro da Comunicação Social, Educação e Cultura, Negócios Estrangeiros, Defesa, Administração Interna, Trabalho e Equipamento Social e Ambiente), o novo Governo tem ainda dois elementos do Partido Socialista (sem pasta e Justiça), dois do Partido Comunista (sem pasta e Transportes), dois do Partido Popular Democrático (sem pasta e Assuntos Sociais), um do MDP/C-DE (sem pasta), e seis individualidades independentes (Planeamento e Coordenação Económica, Indústria, Agricultura, Finanças, Coordenação Interterritorial e Comércio Externo).

República, 26 de Março

31

DIMINUEM TENSÕES EM LUANDA

Luanda, 31 — (Pelo nosso enviado especial, José A. Salvador) — No momento em que telefono, há tiroteio na Avenida do Brasil, onde está instalada a sede da FNLA, mas desconheço os pormenores relativos ao incidente.

Nas últimas 48 horas, houve violação do protocolo assinado entre os três movimentos de libertação e o Governo Português. Mas estas ocorrências não prejudicam o regresso à normalidade, ou à quase normalidade, embora se pressinta um estado latente de tensão.

No sábado foi levantado o recolher obrigatório e ontem foi permitido às emissoras de rádio privadas que reabrissem a sua programação normal.

Só a Emissora Nacional de Angola foi excluída deste regime, pelo que apenas poderá difundir as notícias constantes dos comunicados oficiais. Esta limitação impede a prática da actividade informativa deste emissor: o último comunicado oficial do Comando de Sector de Luanda refere-se a acontecimentos ocorridos até às 18 horas do dia 29 de Março. Registe-se, a título de exemplo, que o comunicado dos médicos do Hospital Militar não foi divulgado em Angola. Estas restrições impostas à Emissora Oficial parecem reflectir as posições assumidas pela FNLA contra a actividade informativa daquela estação de radiodifusão.

Nos dois últimos números de "Liberdade e Terra", órgão central da FNLA e agora jornal diário, foi publicado um texto, "A Emissora Oficial de Angola e os crimes colectivos", onde o articulista se insurge contra a actividade desta emissora, em termos que fazem lembrar o "Diário da Manhã" ou a "Época".

Tive o cuidado de voltar a ler o texto dos acordos da Penina e em nenhuma das alíneas do artigo 13.º sobre as atribuições do alto-comissário há qualquer referência aos problemas da Informação. Referem-se-lhes outros artigos, nomeadamente os 18.º e 19.º, que prevêem a criação de um Ministério da Informação, já em funcionamento.

AGOSTINHO NETO EM LISBOA

Procedente de Luanda, chegou esta manhã a Lisboa o dr. Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola. Segue ao fim da tarde para a Holanda.

... Na sua breve estada na nossa capital, o dr. Agostinho Neto teve oportunidade de debater os últimos

acontecimentos registados em Luanda com as autoridades portuguesas e com militantes do comité local do MPLA.

Diário de Lisboa, 31 de Março

ABRIL

11

O MFA E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Foi assinado ao princípio da tarde, pelos partidos que aceitaram, o Pacto constitucional proposto pelo M.F.A. aos partidos políticos que concorrem às eleições para a Assembleia Constituinte. Assinaram o pacto representantes de seis partidos — o C.D.S., o P.P.D., o M.D.P.-C.D.E., a F.S.P., o P.C.P. e o P.S.

Pela sua importância, transcrevemos, a seguir, uma parte do documento:

A — Introdução

1. O movimento revolucionário iniciado pelas Forças Armadas a 25 de Abril de 1974 adquiriu uma dinâmica cada vez mais acentuada em resposta, aliás, quer às justas aspirações do Povo português quer às agressões sucessivas e sempre mais violentas da reacção.

2. Os graves acontecimentos contra-revolucionários de 11 de Março impuseram e tornaram inadiável a institucionalização do Movimento das

ESTE MÊS ACONTECEU

Forças Armadas. É assim que a Lei Constitucional N.º 5/75 criou o Conselho da Revolução, que ficou com as competências antes atribuídas à Junta de Salvação Nacional, ao Conselho de Estado e ao Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

3. A Lei N.º 5/75 de forma alguma visa substituir ou marginalizar os partidos políticos autenticamente democráticos e empenhados sinceramente no cumprimento do Programa do M.F.A., antes visa a dinamização e a vigilância do processo revolucionário que se levará a cabo sempre em mais estreita aliança com o Povo português e com os partidos políticos que defendam os seus mais legítimos interesses.

4. O M.F.A., representado pelo Conselho da Revolução, estabelece uma plataforma política pública com os partidos que estejam empenhados no cumprimento dos princípios do Programa do M.F.A. e na consolidação e alargamento das conquistas democráticas já alcançadas.

5. Para a elaboração da presente plataforma foram levados em consideração os resultados das conversações mantidas com os diferentes partidos e tomada em conta a situação resultante do esmagamento do golpe contra-revolucionário de 11 de Março.

B — Objectivos da plataforma

1. Pretende-se estabelecer uma plataforma política comum, que possibilite a continuação da revolução política, económica e social iniciada em 25 de Abril de 1974, dentro do pluralismo político e da via socialista que permita levar a cabo, em liberdade, mas sem lutas partidárias, estereis e desagregadoras, um projecto comum de reconstrução nacional.

2. Os termos da presente plataforma deverão integrar a futura Constituição Política a elaborar e aprovar pela Assembleia Constituinte.

3. A presente plataforma será válida por um período designado por Período de Transição, com duração que será fixada na nova Constituição entre 3 e 5 anos, e que terminará com uma revisão constitucional.



C — A Assembleia Constituinte

1. O Conselho da Revolução reafirma a sua determinação em fazer cumprir o que se encontra estabelecido quanto à realização de eleições verdadeiramente livres e responsáveis para a formação da Assembleia Constituinte.

2. Durante os trabalhos de elaboração da futura Constituição Política será constituída uma Comissão do M.F.A. que, em colaboração com os partidos que assinem o presente acordo, acompanhará os trabalhos da Constituição de forma a facilitar a cooperação entre os partidos e a impulsionar o andamento dos trabalhos, dentro do espírito do Programa do M.F.A. e da presente plataforma.

3. Elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte a nova Constituição, deverá a mesma ser promulgada pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução.

4. Até à entrada em funcionamento dos novos órgãos de soberania definidos na nova Constituição Política, manter-se-ão com as suas actuais funções o Conselho da Revolução, a Assembleia do M.F.A. e o Governo Provisório.

5. Tendo em conta que as próximas eleições se destinam unicamente à designação de uma Assembleia Constituinte, cuja missão exclusiva será elaborar e aprovar a Constituição, as eventuais alterações à composição do Governo Provisório, até à eleição da Assembleia Legislativa e à conseqüente formação do Governo, competirão somente à iniciativa do Presidente da República, ouvido o Primeiro-Ministro e o Conselho da Revolução.

6. Os partidos signatários desta plataforma comprometem-se a não pôr em causa a institucionalização do M.F.A., nos termos a seguir expostos, e a fazê-la incluir na prova Constituição juntamente com os restantes pontos acordados neste documento.

16

NACIONALIZADOS MAIS SECTORES DE ECONOMIA

A nacionalização das empresas dos sectores de electricidade, transportes e petróleo e o congelamento dos preços de alguns produtos alimentares constituem algumas das mais importantes decisões tomadas ontem pelo Conselho de Ministros do IV Governo Provisório que, na sua primeira reunião plenária, adoptou medidas de largo alcance para fazer face à actual situação económica do País.

Durante a reunião, que decorreu no palácio de São Bento, sob a presidência do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, foram ainda tomadas outras deliberações que,

ESTE MÊS

ACONTECEU

no âmbito das recentes orientações definidas pelo Conselho da Revolução, visam a reformulação de uma nova política agrária, no quadro geral de uma economia de transição para o socialismo. Neste contexto insere-se, igualmente, a aprovação das bases gerais de um programa nacional de emprego, visando o máximo aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, no qual se integram acções para a reconversão e formação profissionais destes e a criação de novos postos de trabalho.

Empresas nacionalizadas

Deste modo, e no que respeita ao sector da electricidade, foram nacionalizadas as seguintes empresas de produção e distribuição de energia em alta tensão: Aliança Eléctrica do Sul, Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, Companhia Eléctrica das Beiras, Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal, Companhias Unidas Gás e Electricidade, Companhia Portuguesa de Electricidade, Eléctrica Duriense, Hidro-Eléctrica do Coura, Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela, Empresa Insular de Electricidade, Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, Hidro-Eléctrica Portuguesa, Sociedade Eléctrica do Oeste e União Eléctrica Portuguesa. Foi igualmente revogado um alvará do século passado, detido pela empresa espanhola Electra del Lima, que explorava o aproveitamento do Lindoso.

Quanto ao sector dos transportes foram nacionalizadas a Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, a Companhia Nacional de Navegação, a Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos e os Transportes Aéreos Portugueses enquanto nos domínios da indústria petrolífera as nacionalizações referem-se à Sacor, Petrosul, Sonap, Cidla e ainda ao capital nacional da Soponata.

Congelamento de preços de produtos alimentares

Entretanto, no âmbito de uma política de preços, cujos objectivos fundamentais assentam na garantia do poder de compra das

classes trabalhadoras e, por outro lado, aumentar os rendimentos dos pequenos e médios agricultores foram congelados até ao fim do ano os preços de uma série de produtos, entre os quais se destacam o pão, a carne, o leite, o açúcar, o azeite, as farinhas, o frango, o bacalhau e as margarinas.

No mesmo quadro prevê-se a redução dos preços do óleo de amendoim e da manteiga, estando a ser objecto de análise a estabilização dos preços de outros produtos essenciais como p eixe, vinho, fruta e hortaliças, dependendo esta do saneamento dos respectivos canais de distribuição, prevendo-se nomeadamente a criação de empresas públicas para actuação nestes sectores.

Por outro lado, e tendo em vista proporcionar aos pequenos e médios agricultores um acréscimo dos seus rendimentos, foi decidido aumentar imediatamente o preço do leite ao produtor para 6\$40 e 5\$20 o litro, respectivamente para as classes A e B. Também a carne de bovino beneficia na produção, de um aumento de cerca de 10 por cento e do mesmo modo o preço mínimo de garantia do milho foi fixado em 4\$00 por quilo, acrescido de um subsídio de um escudo por quilo entregue no Instituto dos Cereais. Sublinhe-se, contudo, que estes aumentos de preços não terão reflexos no consumidor.

Siderurgia Nacional também foi nacionalizada

Em relação ao programa de controlo dos sectores básicos da indústria e energia e, para além das nacionalizações já referidas das empresas petrolíferas foi, igualmente, nacionalizada a Siderurgia Nacional, também se adoptando disposições de controlo da distribuição de energia em baixa tensão para sua ulterior nacionalização.

No âmbito do mesmo programa procede-se ao estudo e consequente aplicação de medidas de controlo incluindo a nacionalização quando apropriado, dos principais jazigos de minério e das indústrias de tabacos, cerveja, celulose, adubos, produtos sódicos e clorados,

petroquímica, cimentos, metalomecânicos pesados, construção naval e indústria farmacêutica, esta última em conjugação com a aplicação de medidas a cargo do Ministério dos Assuntos Sociais, do Ministério do Comércio Externo e das Forças Armadas. Procedeu-se, também ao exame crítico da política de concessões de prospecção no «on-shore» e «off-shore» e reforço da capacidade de fiscalização e avaliação da aplicação dos contratos em vigor ou que venham a ser celebrados, continuando o Estado português a honrar integralmente, todos os compromissos decorrentes de contratos anteriormente celebrados com empresas estrangeiras, sem prejuízo das eventuais revisões a esses mesmos contratos, que venham a efectuar-se por acordo entre as partes, após as respectivas negociações.

Recuperação no sector de transportes

No sector de transportes e comunicações e para além das nacionalizações já anunciadas prevê-se igualmente a nacionalização, reestruturação e recuperação dos operadores de transporte de massa, urbanos e suburbanos, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; a formação de cooperativas e de comunidades de transportes em torno dos pólos regionais de desenvolvimento; melhoria radical dos sistemas de transporte colectivo em prioridade sobre o transporte privado; revisão dos padrões de segurança e dos níveis de qualidade de serviço; estabelecimento de normas de informação ao público por forma a promover a utilização racional dos meios de transporte disponíveis; promulgação de legislação adequada, assegurando a articulação dos diversos participantes — municípios, órgãos de gestão, utentes e trabalhadores do sector, sob a égide do Ministério dos Transportes e Comunicações; estabelecimento de um fundo único de financiamento do sector de transportes e comunicações, podendo abranger as indústrias construtora e reparadora; criação do gabinete de planeamento de transportes e comunicações na dependência directa do gabinete

ESTE MÊS

ACONTECEU

do ministro e integrando os órgãos de planeamento do sector e ainda o estabelecimento de um calendário para o conjunto de intervenções indispensáveis à recuperação e reestruturação do sector.

Expropriação de propriedades rústicas

No quadro da reforma agrária, o Conselho aprovou medidas que obedecem a duas grandes directrizes: uma, de apoio aos pequenos e médios agricultores; outra, visando resolver a grave questão da propriedade e da exploração da terra no Sul do País. Assim, serão constituídas equipas fixas de técnicos do Ministério, actuando ao nível do concelho ou grupos de concelhos, equipas que se queiram o embrião do futuro Serviço Nacional de Extensão Agrária. As primeiras equipas seguirão para o campo dentro de poucos dias, instalando-se nos distritos de Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo.

No que respeita à intervenção a levar a cabo no Sul vai o Governo publicar legislação com os objectivos seguintes: intervenção nos prédios rústicos que no todo ou em parte se situem nos períme-

tros dos aproveitamentos hidro-agrícolas levados a efeito com investimentos públicos, pertencentes a indivíduos ou sociedades que sejam proprietários, no conjunto dos perímetros, de uma área superior a 50 hectares de terra, ajustável, tendo em conta as diferenças de rendimento de vários perímetros. É no entanto dada a garantia de propriedade a favor dos atingidos pelas medidas de intervenção, de uma área de 50 hectares; expropriação das propriedades de sequeiro de área superior a 500 hectares de terra média, ajustável em função do rendimento, com garantia de propriedade a favor dos expropriados de uma área de 500 hectares; expropriação de propriedades rústicas irrigadas, de área superior a 50 hectares, ajustável em função do rendimento, com garantia de propriedade a favor dos expropriados de uma área de 50 hectares.

Entende o Governo que outras medidas se impõem, desde já e, deste modo, serão extintas as coutadas e adoptadas medidas de ordenamento cinegético; será publicada legislação definindo inegibiidades com vista ao saneamento imediato dos corpos gerentes das cooperativas; o Estado intervirá nas

cooperativas de transformação onde se encontrem investidos vultosos capitais públicos e com diminuta participação do capital social no montante global dos investimentos, de modo a garantir o pleno aproveitamento dos equipamentos coordenando a produção das diferentes unidades e promovendo uma gestão eficaz.

Campanhas para fomento da produção

Entretanto, serão lançadas duas campanhas, a primeira das quais contra os brucellosos, sendo indemnizados os proprietários dos animais cujo abate se imponha. A segunda visa a promoção da produção de cereais forrageiros, em especial de milho, de modo a reduzir a nossa dependência do exterior quanto a estes produtos. Esta campanha que tem como objectivo um incremento significativo da produção anual, será realizada em especial nas zonas de minifúndio e integrará acções para melhoria técnica das explorações e apoio ao associativismo agrícola.

A Capital, 16 de Abril

NOVAS EMISSÕES DE RÁDIO

Com o objectivo de melhor informar os portugueses espalhados pela Europa, o Ministério da Comunicação Social iniciou no dia 1 de Abril, um programa de emissões diárias.

Essas emissões serão transmitidas dos estúdios do Ministério da Comunicação Social, utilizando um dos emissores de 250 kw antena da Rádio Trans-Europa, cobrindo assim todos os países da Europa, da Suécia à Itália.

O objectivo deste novo Programa para a emigração não é substituir os outros já existentes, mas bem pelo contrário o de lhes servir de complemento no que diz respeito à actividade política, económica e social portuguesa.

As transmissões far-se-ão diariamente, de segunda a sábado, entre as 18.30 h e as 19 h, e aos domingos entre as 13 h e as 14 h, utilizando a frequência de 6,115 kw oc 49,06 metros.

ENSINO PARA ESTRANGEIROS EM FRANÇA

Em França, no ano escolar 1973-74, avaliou-se em 870 mil o número de crianças e adolescentes estrangeiros, menores de 16 anos, figurando em segundo lugar os de nacionalidade portuguesa com 235 mil, ou seja 27,01% da totalidade, como podemos verificar pelos dados que se seguem:

1. Argelinos	245 000	28,16 %
2. Portugueses	235 000	27,01 %
3. Espanhóis	135 000	15,52 %
4. Italianos	120 000	13,79 %
5. Marroquinos	45 000	5,17 %
6. Tunisinos	35 000	4,03 %

Atendendo à distribuição pelos principais departamentos deste país, os números são os seguintes (a primeira coluna é relativa a 31 de Dezembro de 1972 e a segunda ao ano escolar de 1973-74):

Paris	70 740	65 000
Nord	45 754	50 000
Seine St. Denis	42 400	45 000
Bouches du Rhone	41 434	45 000
Rhone	37 851	40 000
Huts de Seine	37 000	40 000
Moselle	33 571	35 000
Yvelines	28 151	30 000

Temos recebido muitos pedidos de publicação de cartas.

Tentaremos publicar o maior número possível, mas não nos será possível publicar todas aquelas que nos foram pedidas, infelizmente.

Não se zanguem entretanto todos aqueles que nos enviaram cartas com pedido de publicação, porque talvez as vejamos ainda publicadas nos próximos números.

O "POBRE"...

A. CHAMPALLIMAUD

Numa altura em que o país precisa da colaboração de todos os portugueses e se fazem apelos, principalmente aos emigrantes espalhados pelo Mundo, para que enviem as suas economias para Portugal, para fazer um Portugal desenvolvido, fiquei bastante sensibilizado ao ler no "Século Ilustrado" (num artigo intitulado "Como nasceram as ocupações de terras no Alentejo") de 15/2/1975, que o senhor António Champallimaud não tinha o dinheiro necessário para efectuar os empreendimentos agrícolas na propriedade de que é dono no Alentejo.

Por isso, resolvi dirigir-me à vossa revista para que fosse publicado o seguinte apelo:

APELO AOS EMIGRANTES

"Caros camaradas portugueses espalhados pelo Mundo! Venho por este meio junto de vós apelar para que se faça uma subscrição em benefício de um pobre amigo de Portugal e dos trabalhadores portugueses, que dá pelo nome de A, Champallimaud (que, além de outras fortunas, tem o monopólio do papel, do cimento e do ferro), para que ele possa dar seguimento ao desenvolvimento agrícola dum propriedade sua na zona de Mértola — como lhe foi aconselhado pela Comissão de Técnicos do Instituto de Reorganização Agrária. Pois esse pobre, que tudo tem dado aos trabalhadores e nada tem enviado ou comprado no estrangeiro, encontra-se numa situação financeira desesperada porque não tem (!!!) 350 contos para cumprir o que lhe foi aconselhado!!!

Aqui fica pois o meu apelo... para aqueles que acreditem na pobreza dele!

CARLOS LOPES DOMINGOS
FRANÇA

Estes e outros factos constituem evidentemente preocupação constante de todos os portugueses.

Por isso "25 de Abril" publicou no seu número 4 uma reportagem "Beja: começo da reforma agrária?" que tenta dar-vos uma ideia da "pobreza" generalizada dos Champallimaud e C.ª pelo Alentejo fora.

Se calhar algo terá de fazer-se para tirar a esses "pobrezinhos" as preocupações que os avassalam "por não terem dinheiro suficiente"... Se eles ficarem com tanto dinheiro como nós todos que trabalhamos, deixarão de ter de se preocupar com essas coisas... ou não será?

OS EMIGRANTES SÃO TRABALHADORES

Começo por vos agradecer a oferta que fizeram aos emigrantes da primeira revista com o título "25 de Abril". Bem hajam!

Lamentaria bastante se as pessoas a quem a revista é dedicada não acreditassem nas notícias que ela nos dá.

Nem fazem ideia da quantidade de falsas notícias que aqui nos chegam, e algumas pessoas — para não dizer muitas — ficam na dúvida sobre o nosso querido Portugal. "Quem tiver lá alguma propriedade vai-as perder!" — ouve-se ainda todos os dias muitas destas mentiras e por causa delas o emigrante fica em dúvida e deixa de enviar o dinheiro.

É portanto uma coisa boa que todas as pessoas sejam elucidadas com verdade.

Algumas notícias desta rica Austrália:

O problema escolar está resolvido aqui, sobretudo na área de Sidney — é pelo menos o que eu penso. Só que acho um pouco exagerado o que temos de pagar todas as semanas, para que os nossos filhos um dia quando regressarem, se saibam "desenrascar" na nossa querida pátria. Pagam-se três dólares por duas horas diárias, de 2.ª a 5.ª feira. Como são escolas sem qualquer ajuda oficial, para quem lá está ensinando o dinheiro não deve ser muito. Mas para os pais é um grande esforço que fazem. Seria bom se o nosso Governo ajudasse estas escolas!

IVO ALVES LEITE
AUSTRÁLIA

Ficamos contentes por saber que "25 de Abril" chegou à Austrália; quer dizer, agrada-nos saber que os portugueses nesse longínquo país podem ter acesso a uma informação isenta sobre o que cá se passa.

Não vale a pena repetir mais vezes aquilo que já dissémos tantas vezes nesta revista: não faz parte do Programa de nenhum partido, nem de perto nem de longe, tirar aos emigrantes o pouco que têm de seu, ganho à custa do seu trabalho.

Pela nossa parte pensamos que só aqueles que, à custa do trabalho dos outros arranjaram fortunas colossais e agora tentam por todos os meios boicotar e sabotar a democracia e as liberdades em

das
cartas
que nos
escreveram



Portugal merecem que tudo lhes seja retirado. Mas isso não passa por agora de uma aspiração de muitos milhares de trabalhadores portugueses. Porque mesmo esses senhores continuam a possuir tudo e a tentar através de todos os processos — como por exemplo agora no dia 11 de Março — fazer regressar o país à ditadura.

Só a acção daqueles que de facto não querem a ditadura — e os emigrantes, como trabalhadores sobreexplorados que são, estas forçosamente interessados na democracia e nas liberdades que lhes permitem lutar contra a sobreexploração e a miséria — pode precisamente permitir que o dinheiro daqueles que trabalharam toda uma vida para o amealhar, não seja transformado em bilhetes de papel sem nenhum valor, pelo boicote, pela sabotagem da economia que organizam aqueles que tudo têm sem nunca terem trabalhado. Porque se houvesse regresso à ditadura (e os que o querem, teriam ainda, felizmente, que amargar um bom bocado para lá chegar!) os primeiros a perder seriam os trabalhadores emigrantes. É isso que todos os emigrantes terão que compreender, que muitos deles, aliás, compreendem.

O problema do ensino da língua portuguesa, para os filhos dos emigrantes, por exemplo, está, mesmo se não parece muito, ligado com a resolução do problema que acima mencionamos. Se o dinheiro dos que hoje sabotam a economia passar para as mãos do Estado, poder-se-ão organizar escolas decentes e baratas, onde os professores serão suficientemente pagos e os alunos nada ou quase nada pagarão.

Antes disso, só poderá haver um empurrãozinho aqui e outro ali, que não permite resolver o problema.

Todas as questões vão dar ao mesmo!

das cartas que nos escreveram



ALERTA AOS BOATOS E AS MENTIRAS

Todos os esforços, todas as conquistas democráticas do povo português, têm sido alvo de ataques, críticas injustas, propaganda da pior espécie, sabotagem económica, etc.

Quero com isto referir-me especialmente ao que tenho lido e ouvido em França.

Sou um emigrante que já está há onze anos neste país. Os exilados regressaram ao novo Portugal, mas centenas de milhares de democratas continuam em França.

Além do nosso trabalho, urge desmascarar e neutralizar as camarilhas fascistas que se infiltram nos meios portugueses dizendo aos emigrantes que não enviem as suas economias para Portugal, porque "vai haver bancarrota", porque "vos vão tirar parte dos vossos bens", etc., etc.

Os quarenta e oito anos de "batuque" fascista são responsáveis pela ingenuidade de muitos portugueses que acreditam nesses boatos.

Durante o regime fascista não fomos mais nem menos do que "objectos", "coisas que produzem" para os grandes monopólios. Fomos o sustento das guerras coloniais que mataram e inutilizaram tantos familiares desses mesmos emigrantes que hoje hesitam em enviar as suas economias para o nosso país, cheio já de realidades democráticas e de promessas de um futuro melhor para todos os portugueses.

Hoje o dinheiro dos emigrantes deve servir para auxiliar o país, na tarefa de reconstrução nacional.

Mas a Imprensa estrangeira também deforma o mais que pode a realidade do novo Portugal. Não quero deixar passar a ocasião sem me referir aos ataques de certos jornais franceses, especialmente um artigo publicado no "Express" de 10/2/75, de carácter nitidamente fascista. Só um jornal como "Minute" (1) poderia deformar a tal ponto as realidades do nosso novo Portugal.

Cabe perguntar quantos artigos foram publicados nesses jornais a condenar as guerras coloniais, os 48 anos de terror, torturas, assassinatos e exílios?!

VIVA O NOVO PORTUGAL DEMOCRÁTICO!

ANTÓNIO PACHECO EDUARDO
FRANÇA

(1) "Minute" — órgão de um agrupamento fascista francês

Porque nos foi pedido — e também porque achamos pertinente o assunto tratado Aqui fica o "Alerta" do sr. António Eduardo para todos os emigrantes.

Se até agora havia boatos, se a Imprensa estrangeira descrevia Portugal como o país do "caos vermelho", agora, depois do 11 de Março, as mentiras serão muito mais, podemos dizê-lo com certeza. Já começaram aliás. Por isso não acreditem! Só os que têm alguma coisa a perder (e esses não são os emigrantes, que tudo o que têm o ganharam com o suor do seu rosto!) podem ter medo do processo em curso em Portugal. Todos os outros, a começar pelos emigrantes, só poderão ganhar com a vitória da democracia e do socialismo!

O SANGUE PORTUGUÊS É BEM VERMELHO...

Carta dum emigrante do Norte de França que nunca esqueceu Portugal.

Sou de Castelo de Vide, linda terra alentejana, cheia de jardins e de flores. Água e azeite não faltam... e lindas palavras de amor.

Terra que tive de abandonar em 1958, para ir para Lisboa, onde encontrei a mesma qualidade de vida... e de onde tive que partir para França em 1962.

Aqui passei alguns martírios, mas como o sangue português é bem vermelho nunca esmoreço, mesmo longe do país.

A revista 25 de Abril é o jornal mais alegre que o emigrante com atenção e alegria pode ler.

Viva a democracia e o Socialismo!

Bravo a todos os homens políticos que derrubaram o Fascismo!

TIAGO SEQUEIRA
FRANÇA

Foi só para nos dizer estas coisas bonitas que o senhor Tiago Sequeira nos escreveu. E porque elas são de facto sintoma de alegria, aqui a deixamos, esperando que contagie com a mesma alegria todos os emigrantes portugueses.

"COMO EXEMPLO

NÃO HOUE IGUAL!"

Emigrante foste obrigado
A abandonar teu país
Breve iremos regressar
Para o tornar mais feliz!

Para o tornar mais feliz
Basta que são alguns mil
Isto nunca aconteceria
Se não fora o 25 de Abril!

Se não fora o 25 de Abril
Data sempre recordada
Para nós nunca esquecida
Na França monopolizada!

Na França monopolizada
Que o emigrante levantou
Podem agradecer a nós
Que algumas vidas custou!

Que algumas vidas custou
Hoje muito preocupada
Com o novo Portugal
Nação antes não falada

Nação antes não falada
Agradeçam ao fascismo
Aliás por vezes ouviamos...
Mas somente de Turismo

Mas somente de Turismo "Le Petit Portugal" ...
Estão com medo dele!
Como exemplo, não houve igual!

JOÃO MARTINS JÚNIOR
FRANÇA

Porque nos não é possível pô-la noutra secção da revista aqui vos deixamos a poesia que o senhor João Martins Júnior, emigrante em França, nos ofereceu para publicação na revista: "Le Petit Portugal" ... estão com medo dele! Como exemplo não houve igual!"

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

VIA NORMAL

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
Portugal	180\$00		90\$00	
França... ..	210\$00	38 F.	105\$00	19 F.
Bélgica	210\$00	310 F. B.	105\$00	160 F. B.
Alemanha	210\$00	21 D. M.	105\$00	11 D. M.
Inglaterra	210\$00	4 £	105\$00	2 £
Espanha	185\$00		95\$00	
Brasil	185\$00	67 Cr.	95\$00	34 Cr.
Canadá	210\$00	9 d.	105\$00	5 d.
E. U. A.	210\$00	9 d.	105\$00	5 d.
Outros países	210\$00		105\$00	

VIA AÉREA

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
França... ..	250\$00	45 F.	125\$00	23 F.
Bélgica	250\$00	370 F. B.	125\$00	190 F. B.
Alemanha	250\$00	24 D. M.	125\$00	12 D. M.
Inglaterra	250\$00	4,50 £	125\$00	2,50 £
Espanha	200\$00		100\$00	
Brasil	320\$00	115 Cr.	160\$00	60 Cr.
Canadá	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
E. U. A.	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
Outros países da Europa	250\$00		125\$00	
Outros países fora da Europa... ..	340\$00		170\$00	



LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NOS TRAZEMO-LO PARA:

PORTUGAL CONTINENTAL

AÇORES

E MADEIRA

TAP

TRANSPORTES

AÉREOS PORTUGUESES